



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar**

**Hélio Paixão de Moraes**

Belém-PA  
2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Hélio Paixão de Moraes**

**A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Clay Anderson Nunes Chagas, *Dr.*

Belém-PA  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

M827f Moraes, Hélio Paixão de Moraes  
A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar /  
Hélio Paixão de Moraes Moraes. — 2020.  
81 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas Chagas  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Policiamento Escolar. I. Título.

CDD 363.10098115

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar**

**Hélio Paixão de Moraes**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção parcial do título de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém-PA, 14 de fevereiro de 2020.

---

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida  
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas  
Universidade Federal do Pará/ PPGSP  
Orientador

---

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Universidade Federal do Pará/ PPGSP  
Avaliador Interno

---

Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos  
Universidade Federal do Pará/ PPGSP  
Avaliadora Interna

---

Profa. Dra. Sonia Sena Passos  
Instituto de Ensino de Segurança do Pará/  
IESP  
Avaliadora Externa

Belém - PA  
2020

## AGRADECIMENTOS

À DEUS pelo fato ser eternamente o direcionador da minha vida.

Aos meus pais, Venino e Valdomira Moraes, por terem me ensinado a caminhar na vida com honestidade e humildade.

À minha amada esposa Joelma pela paciência e compreensão e paciência durante minhas ausências.

Ao amor maior da minha vida, meu filho João Gabriel pelo prazer de ser pai.

Aos meus irmãos Lenise, Venino, Edilson, Lindalva, Lúcia, Lene, Leila e Lery por terem colaborado com minha educação e compartilhado meus dias de alegria e tristeza.

Ao meu saudoso irmão Valter, que muito cedo se foi desta vida, mas que continua sendo meu melhor amigo.

Aos meus sobrinhos sempre parceiros e que me fazem rir a todo o momento.

Aos amigos de infância, de curso de formação de oficiais e de trabalho que várias vezes me acompanharam nesta labuta por meio de orações.

Aos meus amigos de turma intitulada “A melhor de todos os tempos” pelos grandes momentos de risos, diversões e sabedoria.

Ao meu nobre orientador Professor Clay Anderson pela confiança creditada e pelo brilhantismo em conduzir-me para o sucesso da pesquisa.

À professora Maely Ramos por nunca ter desistido de mim, e que nos momentos de dúvidas e angústia se mostrou uma pessoa humilde e nascida para a docência.

À minha amiga Manu pela forma de como se dedicou para colaborar com a confecção da dissertação.

Aos meus estimados amigos do grupo de Idealistas pela colaboração acadêmica em cada etapa do mestrado.

Aos nobres colaboradores Coronel Marcos, Tenente Coronel Ed-Lin, Dr. Ricardo Balestreri, Professor Alejandro, Artur Magno de Carvalho pelo apoio disponibilizado para conclusão da pesquisa.

Ao meu Amigo Coronel PM Costa Junior pelos ensinamentos nas atividades policiais e por ser minha referência em Polícia Comunitária.

A Universidade Federal do Pará por proporcionar espaço acadêmico na área de Segurança Pública a fim de colaborar com os planejamentos técnicos dos órgãos afins.

A coordenação e aos docentes do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará pelo empenho e dedicação durante o período letivo, sempre dispostos a ajudarem os alunos na sistematização das ideias para alcance do conhecimento.

## RESUMO

MORAES, Hélio Paixão. A Funcionalidade do Policiamento dentro do Espaço Escolar. 2020. 81f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública). PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020.

Face às aflições impostas à sociedade por ocasião da violência dentro das escolas públicas brasileiras, coube às policiais militares, especificamente à Polícia Militar do Pará, o desafio e a incumbência de proteger preventivamente o espaço escolar. Para alcançar este objetivo, a corporação tem instituído grupamentos como a Companhia Independente de Policiamento Escolar, Grupamentos de Proteção Ativa e a Supervisão Militar do 4º Batalhão localizado na cidade de Marabá. Por ser uma estratégia considerada nova no campo da segurança, que tem a escola enquanto bem jurídico para proteger, ambiente este complexo e diferente do habitual para qual o policial foi formado, coube assim demonstrar qual a percepção dos policiais militares, professores e alunos de escolas públicas acerca do papel, capacitação profissional e das formas de atuação do policiamento dentro das escolas. Para isso, utilizou-se uma abordagem qualitativa, em dois estudos, que contou com técnicas exploratórias e descritivas para análise das entrevistas coletivas com roteiro semiestruturado. Os principais resultados, por meio de Análise de Conteúdo, demonstraram que os policiais militares percebem o papel do policiamento escolar associado a trabalhos preventivos e de aproximação com o público infanto-juvenil, porém entendem que a formação profissional para o exercício da função ainda é insuficiente para alcançar resultados relevantes na segurança escolar. Na avaliação dos professores e alunos, os militares do policiamento escolar de supervisão militar foram considerados preparados para o convívio com a comunidade escolar, destacados pelas formas de prevenção utilizadas para a resolução de conflitos, como técnicas disciplinares e práticas de valorização aos diálogos. Considera-se, portanto, que o policiamento escolar da Polícia Militar do Pará deve ser expandido, fomentado e efetivado nos demais batalhões da corporação, regradas por medidas preventivas no campo pedagógico e com práticas que atendam os anseios e as características peculiares das escolas públicas.

**Palavras-chave:** Alunos; Capacitação; Percepção; Policiamento Escolar; Professores.

## ABSTRACT

MORAES, Hélio Paixão. The Functionality of Policing within the School Space. 2020. 81f. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Public Security), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2020.

In regards to the violence the afflicts the public schools in Brazil, it's up to the military police, in this case the Military Police of Pará State, the challenges presented and the safeguard of the school campus. To achieve this goal, the corporation has created units such as the "Independent Company of School Patrolling", "Unit for Active Protection" and "Military Supervision of the 4<sup>o</sup> Battalion", located in the city of Marabá. As it's consider a new strategy in the security field, meaning having the school as a legal right to be protected, a complex area and very different from the training of the average police man, was necessary to demonstrate the perception of said police man, teachers and students of public school regarding the role, professional training and means to actively patrol in the school campus. For that purpose, a qualitative approach was used in two studies that applied exploratory and descriptive techniques to analyze the collective interviews with a semi-structured script. The main results, obtained by Content Analysis, demonstrate that the military policeman perceive school patrolling as a form of preventive work that helps them to approach their target audience, however they believe that their academy training is insufficient to be really effective. On the other hand, teachers and students believe that the policeman that have been working in the schools are prepared for the job, especially as they deploy preventive techniques applied in conflict resolution, as well as disciplinary and open dialog techniques. Thus, the experimental police patrol by the Military Police of Pará State is considered to be apt to be expanded, fostered and implemented in the remaining battalions of the corporation, based on the preventive measures of the pedagogy field and with practices that take in to consideration the hopes and unique characteristics of the public schools.

**Keywords:** Students; Training; Perception; School Policing; Teachers.

## LISTA DE FIGURAS

### Capítulo 1 – Considerações Gerais

**Figura 1** - Percurso da Dissertação conforme os artigos oriundos dos objetivos específicos, PPGSP, 2020. ....29

### Capítulo 2 – Artigo Científico 1

**Figura 1** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca do papel do policiamento dentro das escolas públicas. ....33

**Figura 2** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca da capacitação profissional do policiamento escolar para atuar dentro das escolas públicas. ....34

**Figura 3** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca das formas de atuar do policiamento escolar dentro das escolas públicas. ...35

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

### Capítulo 1 – Considerações Gerais

**Tabela 1** - Resultado das buscas dos artigos e dissertações nos diretórios, a partir dos critérios de inclusão e dos descritores utilizados nas pesquisas, nos últimos 10 anos. .... 17

**Quadro 1** - Levantamento de dissertações publicadas no PPGSP/UFPA, no período de 2011 a 2017. .... 15

### Capítulo 2 – Artigo Científico 2

**Tabela 1** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará acerca do papel do policiamento dentro do espaço escolar. .... 41

**Tabela 2** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará acerca da capacitação policial para atuar dentro do espaço escolar. .... 43

**Tabela 3** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará acerca da forma de atuação do policiamento dentro do espaço escolar. .... 44

## LISTA DE SIGLAS

BAPM	Boletim de Atendimento Policial Militar
CIPOE	Companhia Independente de Policiamento Escolar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GEAPE	Grupo Especial de Apoio às Escolas
GPA	Grupamentos de Proteção Ativa
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
L.O.B.	Lei de Organização Básica
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
PMMA	Polícia Militar do Estado do Maranhão
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PMPA	Polícia Militar do Estado do Pará
PPGSP	Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SISP	Sistema de Informação de Segurança Pública do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

## LISTAS DE SÍMBOLOS

### Capítulo 3 - PRODUTO

Brasão da Polícia Militar do Pará



Brasão do 2º Batalhão da Polícia Militar do Pará



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	<b>7</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DA PESQUISA</b> .....	<b>13</b>
<b>3. OBJETIVOS</b> .....	<b>16</b>
3.1. Geral .....	16
3.1.2. Específicos.....	16
<b>4. QUESTÕES NORTEADORAS</b> .....	<b>16</b>
<b>5. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>17</b>
<b>6. METODOLOGIA</b> .....	<b>22</b>
6.1. Natureza da pesquisa .....	22
6.2. <i>Locus</i> e Participantes .....	23
6.3. Coleta de dados e Instrumento.....	25
6.4. Análises de Dados .....	27
6.5. Protocolo Ético .....	27
<b>7. SÍNTESE DA PESQUISA</b> .....	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS</b> .....	<b>30</b>
ARTIGO CIENTÍFICO 1 .....	30
ARTIGO CIENTÍFICO 2 .....	39
<b>CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>46</b>
3.1. Recomendações para Trabalhos Futuros .....	48
3.1.1. Técnico-Institucional .....	48
3.1.2. Acadêmicos .....	48
<b>PRODUTO DA PESQUISA</b> .....	<b>49</b>
Boletim de Atendimento Escolar: Breve Escopo .....	49
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1</b> .....	<b>57</b>
<b>APÊNDICE 1</b> .....	<b>63</b>
<b>APÊNDICE 2</b> .....	<b>64</b>
<b>APÊNDICE 3</b> .....	<b>65</b>
<b>ANEXO 1</b> .....	<b>70</b>
<b>ANEXO 2</b> .....	<b>73</b>

## CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1. INTRODUÇÃO

O espaço da escola conhecido tradicionalmente como local seguro, harmônico, interativo e de estímulo ao conhecimento, vem perdendo um pouco essas características na cultura moderna devido aos constantemente atos de violência identificados dentro do ambiente escolar (CHARLOT, 2002; STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010; PERES, 2016).

Charlot (2002) acrescenta ainda outros aspectos associados a violência que além de colaborar para a descaracterização do ambiente escolar tem aumentado o sentimento de aflição na sociedade, tais como: a variedade de como a violência tem se apresentado (roubos, homicídios, ameaças e outros) e a participação cada vez mais frequente de jovens em cenas de violência.

Embora a violência não seja uma regra geral nas escolas, como defende Charlot (2002), alguns estudos recentes apresentam dados que refletem este cenário preocupante da violência dentro das escolas públicas brasileiras. A pesquisa de Lima *et al.* (2017), por exemplo, apontou que 50,2% dos diretores e docentes haviam percebido agressões físicas ou verbais de alunos contra professores e funcionários, porcentagem atingida em 70% quando a constatação de agressões envolvia os próprios alunos.

Abromovay *et al.* (2016) com o objetivo de diagnosticar a violência nas escolas públicas, tomando por base o depoimento de alunos de 129 escolas públicas em 7 capitais brasileiras (Belém, São Luiz, Fortaleza, Maceió, Salvador, Belo Horizonte e Vitória), concluíram que as brigas (15,1%) haviam sido as principais ocorrências dentro do ambiente escolar, seguida dos xingamentos (14,4%) e dos roubos e furtos (10,1%). Os mesmos autores ressaltam que os furtos e roubos (18,6%) assumem destaque como os atos que mais incomodam os alunos na escola, sequenciados pela importunação de seus próprios pares (11,2%) e do *cyberbullying* (zoar, xingar ou ameaçar pela *internet*) com 7,2% das indicações.

Quando a violência dentro do espaço escolar é trazida especificamente para o contexto paraense, Abromovay *et al.* (2016) mostram que as brigas (13,5%) estão como as ocorrências mais frequentes, acompanhadas pelas pichações (13,3%) e pelos xingamentos, roubos e furtos (11,9%).

Peres (2016) constatou em pesquisa de campo com alunos de duas escolas públicas do bairro do Jurunas, em Belém-PA, que a maior parte deles está envolvido em dois tipos de violência na escola (41,32%), com prevalência para a prática da violência física (37,12%).

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP-PA) apresenta números relevantes dos registros de violência feitos pelos estabelecimentos de ensino no estado do Pará, apesar de não especificar o local dos atos de violência, se na parte externa ou interna das escolas, ou se eram de redes públicas ou privadas. Em 2017 foram registradas 529 ocorrências pelos estabelecimentos de ensino, sendo que os crimes de furto e lesão corporal foram os principais delitos cometidos contra alunos, somando respectivamente 74 e 66 registros, e em desfavor dos professores, além dos furtos com 101 registros, as ameaças chegaram a 60 comprovações (SISP, 2019).

No ano de 2018 os delitos somaram 528 registros, e novamente as lesões corporais e os furtos continuaram sendo os crimes que mais vitimaram os estudantes, na ordem de 77 e 66 registros. Similar disposição ocorreu com os professores comparado ao ano anterior, que foram vítimas de 97 atos de furtos e de 77 delitos de ameaças (SISP, 2019).

Os atos de feridade identificados pelas pesquisas, quando adotado a proposta de Charlot (2002) para as distinguir condutas consideradas inapropriadas ocorridas nos estabelecimentos de ensino, estão contextualizados nos conceitos de **violência** - toda ação que contradiz as leis; **transgressão** - comportamento que infringe as normas escolares; e **indisciplina** - atitude que de certa forma rompe as regras da boa convivência. Porém, Charlot (2002) alega que as diferenciações conceituais possuem certas fragilidades muito em razão das semelhanças entre as condutas.

As condutas de violência escolar ainda podem ser percebidas dentro de uma outra diferenciação recomendada por Charlot (2002), como medida para responsabilizar e encaminhar os atos às instituições competentes, a partir das seguintes dimensões: **violência na escola** - todo ato produzido dentro do espaço sem estar ligada com as atividades escolares, podendo ocorrer em qualquer outro lugar; **violência à escola** - ação ligada às atividades e à natureza da instituição de ensino e **violência da escola** - prática cometida pela instituição educacional direta ou indiretamente ao corpo docente, denominada de violência simbólica ou institucional.

Sendo assim, o cenário complexo que envolve a violência dentro do espaço escolar exige que qualquer tipo de ingerência policial seja capaz de administrar conflitos que vão de uma simples discussão rotineira a casos danosos à vida. Contudo, o enfrentamento da violência intraescolar não é um comprometimento único das forças policiais, pois as origens do fenômeno

da violência estão associadas a fontes multicausais associadas a vulnerabilidades educacionais, familiares, econômicas, trabalhistas e sociais, o que torna inclusive arriscado no campo científico ou em qualquer contexto definir um único significado para a violência (ABROMOVAY; RUA, 2002; DEBARBIEUX; BLAYA, 2002; CHARLOT, 2002; NJAINE; MINAYO, 2013; ABROMOVAY, 2006; MINAYO, 2013; CARBONARI *et al.*, 2016; VÓVIO *et al.*, 2016).

Esta breve conjuntura explanada sobre a violência no interior das escolas públicas, abre espaço obrigatório para questões que tratem acerca da segurança escolar, principalmente relativa à participação da polícia militar nesta conjuntura. A respeito deste assunto, em Lima *et al.* (2017) foi verificado que 42,9% dos alunos que participaram em 2015 da avaliação do ensino médio das escolas públicas brasileiras do Ministério da Educação (Prova Brasil) aferiram como inexistente o esquema de policiamento para inibir o tráfico de drogas dentro das escolas; e 40% avaliaram também como inexistente o plano de policiamento para impedir furtos, roubos e outros atos de violência.

Para Abromovay *et al.* (2016) somente 3% dos alunos que participaram da pesquisa sobre a violência nas escolas públicas brasileiras disseram ter presenciado o policiamento nas escolas, e que 4,6% procuram a polícia como apoio após atos de violência, cabendo a maior parte recorrer ao suporte da direção escolar (27,5%).

Apesar da avaliação de pouca efetividade quanto a segurança nas escolas públicas, o policiamento escolar é uma das alternativas encontrada pelas policias militares como estratégia de proteção, visto como um tipo de policiamento trabalhoso, desafiador, imprescindível e impactante, apenas pelo simples fato da presença policial dentro das escolas (CARDOSO; GOMES; SANTANA, 2013)

Carvalho (2016) assinala que o policiamento escolar é uma atividade em consonância com a constitucional federal de 1988, por estar inserida no contexto de segurança pública voltada para à preservação da ordem, conforme descreve o *caput* do artigo 144 e seus parágrafo 5º sobre o assunto:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, através dos seguintes órgãos: (...) V - polícias militares e corpo de bombeiros militares. Às polícias militares cabem à **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública** (...) (BRASIL, 1988, grifos do autor).

No entanto, não basta estar em conformidade somente com normas legais para o exercício da função no espaço escolar, segundo Bengochea *et al.* (2004), a capacitação policial

é um fator primordial para a efetividade da segurança. Para alcançar uma polícia com características cidadã que garanta de fato os direitos das pessoas, faz-se necessário que a instituição qualifique seus agentes com conhecimentos e habilidades multidisciplinares, haja vista que a escola é um ambiente distinto do habitual das práticas policiais (BENGOCHEA *et al.*, 2004).

Cezário (2009) e Bento (2017) nesta mesma linha de pensamento, defendem que a capacitação e as formas de atuações para o interior das escolas devem possuir, obrigatoriamente, atributos pedagógicos. Isto por que, após experiência acadêmica com a Polícia de Segurança Pública de Portugal, os pesquisadores concluíram que as práticas educativas realizadas pelos policiais além de respeitarem o cerne da escola como espaço de referência ao desenvolvimento de habilidades e do conhecimento crítico, colaboram para valorizar o civismo, aproximar a comunidade escolar da polícia e prevenir delitos.

Mira e Pauly (2015) enfatizam que as ações policiais trabalhadas no campo da educação transmitem para educadores e discentes um sentimento de proteção, interatividade e de empoderamento para que consigam tomar suas próprias decisões no enfrentamento da violência. Os autores ressaltam que esta autonomia para a comunidade escolar pode ser exemplificada pelo simples ato de registrarem em livros ou boletins as condutas de desordens, uma colaboração básica que inclusive pode mudar o cotidiano da escola.

Freitas *et al.* (2015) ressaltam que o trabalho policial para garantir a segurança escolar deve possuir ações coerentes com os problemas identificados, em vista a possibilitar serviços de qualidade. Lima e Nascimento (2018) reforçam, entretanto, que os resultados das atividades policiais são alcançados do momento em que os planejamentos estratégicos apresentam eixos norteadores legítimos, claros e bem definidos diante das necessidades apresentadas pelo ambiente escolar.

Pinheiro e Lucena (2014), entretanto, fazem ressalvas quanto a participação da Polícia Militar nas escolas, especificamente nos casos em que ocupam a gestão escolar. A referência dos pesquisadores foram os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, onde consideraram que as atividades policiais exercidas no âmbito escolar não colaboram para o desenvolvimento da consciência e da criatividade dos alunos por causa de uma estrutura gerencial rígida, inflexível, burocrática, disciplinar e hierarquizada militarmente.

A legitimada e efetividade das ações policiais dentro das escolas também é questionada por Javornik (2010). A autora não intitula a polícia militar como órgão autêntico para atuar dentro das escolas, e sim, nas suas proximidades, pois ressalta que a formação dos policiais

influenciada historicamente por um modelo autoritário oriundo das forças armadas está ausente de orientações didáticas e pedagógicas, ora exigidas por um ambiente escolar.

Dessa maneira, as ações policiais dedicadas ao ambiente intraescolar para que de fato tenham um caráter preventivo e educativo, devem estar dissociadas de paradigmas que sustentam como única forma de atuação policial o tradicionalismo e histórico modelo de formação repressiva e autocrática (BENGOCHEA *et al.*, 2004; LAMOSAS; GUIMARÃES, 2016).

Diante desta concepção estratégica de segurança para as escolas, algumas corporações nacionais efetivaram a prática do policiamento escolar. A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) por meio do Decreto N° 28.642/88 implantou como primeira tentativa de orientar, prevenir delitos e proteger as unidades escolares o Programa de Segurança Escolar. Posteriormente, na busca de um nível aceitável de segurança, a PMESP transformou o programa em Policiamento Escolar, que utiliza métodos uniformes de atuação regidas por valores que contemplam a cordialidade e o profissionalismo, sem desprezar procedimentos que exijam, quando necessário, a intervenção repressiva (PMESP, 2019).

Pelas pesquisas de Santana, Santana e Lima (2013), as atividades de policiamento nas escolas no Distrito Federal começaram efetivamente em 1989 com a criação do Batalhão Escolar instituída pelo decreto N° 11.958 como medida para coibir o aumento da violência nos estabelecimentos de ensino, tendo na capacitação especializada dos policiais uma das principais premissas para a eficiência do atendimento à comunidade escolar.

No Estado do Maranhão foi fundado o Policiamento Comunitário Escolar originário do Grupo Especial de Apoio às Escolas (GEAPE) iniciado em 1998 em convênio firmado entre a Polícia Militar do Maranhão (PMMA) e a Secretaria de Estado da Educação. Denominada atualmente de Ronda Escolar, o policiamento atende às comunidades escolares com ações preventivas, ostensivas e educacionais, usando como estratégia organizacional a filosofia de polícia comunitária (PMMA, 2019).

Para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) o conceito de patrulhamento, vai além das simples rondas aos estabelecimentos de ensino nos horários de entrada e saída de alunos. Por isso a Ronda Escolar da PMMG criada como programa pela Lei N° 13.453/2000 adota procedimentos padronizados, como visitas e contatos aproximados com pais, professores, diretores, funcionários e alunos, que contemplem a segurança, proteção e o estreitamento de laços com as escolas municipais, estaduais e particulares (PMMG, 2019).

No caso da Polícia Militar do Pará (PMPA), o policiamento escolar está sob orientação da Diretriz Geral de Emprego Operacional N° 001/2014 que estabelece as normas básicas

quanto ao planejamento, execução, coordenação, controle e otimização das atividades operacionais ostensiva legalmente atribuídas à corporação. A normativa adota as escolas públicas como ambiente de atuação e bem jurídico para a preservação da ordem pública por parte da PMPA. Para tanto, as diretrizes incentivam dinâmicas como palestras e debates de conscientização e informações como procedimentos importantes para detectar e extinguir os possíveis causadores de riscos à segurança de docentes e discentes, principalmente, relacionados ao tráfico e uso de drogas nas escolas (PARÁ, 2014).

Sob a égide da Diretriz Geral está a Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE) criada pela Portaria Administrativa N° 021 de 28 de fevereiro de 1991, ratificada pelo Decreto Estadual N° 131 de 13 de março de 1991. Atualmente, conforme a Lei de Organização Básica (L.O.B.) da PMPA, a CIPOE é a unidade responsável pelas ações ostensivas voltadas à preservação da ordem pública nas escolas estaduais e municipais, que por limitações de efetivo, num total de 90, atende somente dentro da região metropolitana de Belém, incluindo as cidades de Ananindeua e Marituba (PARÁ, 2016).

O Curso de Policiamento Comunitário Escolar se tornou uma condicionante para o preparo técnico dos policiais militares da CIPOE, a fim de que estejam capacitados a: diagnosticar com maior precisão os problemas atinentes ao ambiente escolar; atender as ocorrências conforme os preceitos da legalidade e moralidade e discernir quanto às competências funcionais de atendimento nas escolas (PARÁ 2017; PARÁ; 2018).

A PMPA com o propósito de ampliar, descentralizar e otimizar os atendimentos escolares, formalizou também os Grupamentos de Proteção Ativa (GPA). Equipes de policiais sob responsabilidade gerencial dos batalhões, compostas preferencialmente por militares capacitados em policiamento comunitário e no Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) - política de prevenção primária executada por policiais militares aptos a orientar alunos a não se envolverem com drogas e atos de violência) (PARÁ, 2017).

Os GPA têm como objetivo principal executar ações que busquem a aproximação com vários segmentos da sociedade (bancos, comércios, hotéis, escolas, dentre outros) dentro de sua circunscrição operacional de atendimento como forma prevenir atos de violência de maneira integrada. Quando dedicado ao atendimento escolar, os GPA, s tem como atividades percursoras as reuniões comunitárias, visitas de prevenção, formação de redes comunitárias para trabalhos integrados e as instruções do PROERD dedicadas aos alunos (PARÁ, 2017).

Assim como na CIPOE, a qualificação para os militares dos GPA se procede de um Curso de Capacitação Tático e Operacional com a finalidade padronizar as habilidades para os

atendimentos preventivos e emergenciais, a partir de conhecimentos e procedimentos técnicos, laborais e relacionais de aproximação com a comunidade (PARÁ, 2019).

A nível local, multiplicam-se os esforços de proteção ao ambiente escolar com o projeto celebrado entre a PMPA por intermédio da sua Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos e a Prefeitura Municipal de Marabá. Com a parceria foi criada o Regime de Supervisão Militar especificamente na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins, localizada na cidade de Marabá-PA, sem interferência, no entanto, por parte da PMPA na estrutura ideológica, educacional e pedagógica da escola (PARÁ, 2018).

Para a efetivação do projeto, 70 policiais militares do 4º batalhão, com sede na cidade de Marabá, foram treinados no Curso de Supervisão Militar Educacional para estarem aptos em caráter fixo e permanente na fiscalização, orientação e no controle disciplinar de alunos no interior da escola, com a perspectiva de colaborar preventivamente no desenvolvimento do caráter e da personalidade juvenil no seio familiar, educacional e social (PARÁ, 2019).

Assim, embora a concepção prática das unidades legitimadas pela corporação para o policiamento escolar (CIPOE, GPA e a Supervisão Militar) esteja vinculada a três performances distintas, os princípios são convergem para atuações preventivas e integradas com a comunidade escolar.

## **2. JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DA PESQUISA**

Quando se têm como referência os 200 anos de existência da Polícia Militar Pará, o policiamento escolar é considerado novo nas práticas voltadas para segurança pública e que possui um ambiente de trabalho distinto do usual para qual o policial foi formado. Conjuntura que inclusive condiciona estudos a considerarem que as prática e capacitações para este tipo de policiamento devem ser diferenciadas quando se aprecia o espaço educacional de ensino (BENGOCHEA *et al.*, 2004; CARDOSO; GOMES; SANTANA, 2013;).

Santana e Gomes (2010) e Lamosa e Guimarães (2016) ressaltam em seus estudos a dificuldade de professores e alunos de redes públicas identificarem a verdadeira função do policial dentro da escola. Portanto, faz-se, imprescindível de alguma forma, analisar a funcionalidade desta contemporânea estratégia de segurança dentro do ambiente escolar a partir da percepção e avaliação dos principais sujeitos deste cenário: o professor, o aluno e o policial militar.

Sendo assim, esse trabalho acadêmico poderá colaborar de forma **prática e institucional** apontando informações para: (i) a caracterização do perfil profissional dos policiais militares para o policiamento escolar; (ii) criação ou aperfeiçoamento de formas de atendimentos e de normativas que orientem os procedimentos do serviço especializado nos estabelecimentos de ensino; (iii) definições para critérios preventivos de meritocracia e produtividade policial na PMPA e aperfeiçoamento do BAPM como instrumento de mensuração das atividades policiais.

Quanto a importância para a gestão escolar, existe a possibilidade de dar suporte aos planejamentos integrados de segurança entre a Polícia Militar do Pará, as Instituições Municipais e Estaduais de Educação do Estado e demais órgãos afins, consoante a uma política de enfrentamento à violência tomando por base métodos de aproximação e integração comunitária.

A **relevância acadêmica** dessa pesquisa se sustenta em razão de que os resultados podem colaborar com discussões futuras de trabalhos correlatos à temática, assim como incentivar alunos do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), a qual, a partir de um levantamento de dissertações do programa apresentou poucos trabalhos que aprofundassem sobre o policiamento escolar como medida de proteção às escolas, conforme mostra o Quadro 1.

**Quadro 1** - Levantamento de dissertações publicadas no PPGSP/UFPA, no período de 2011 a 2017.

<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Orientador(a)</b>	<b>Discute sobre a Violência Escolar?</b>	<b>Discute sobre o Policiamento Escolar?</b>
Violência nas escolas públicas do bairro do Jurunas	2016	Luana Andressa Freitas Ribeiro Peres	Apresentar as formas de violência ocorridas nas escolas públicas do bairro Jurunas, em 2015	Dra. Profa. Silvia dos Santos de Almeida	Sim	Não
Violência nas escolas de Belém: casos registrados pela Polícia Militar e pelo Ministério Público	2016	Silvia Regina Messias Klautau	Identificar os ilícitos de violência nas escolas de Belém, nos anos de 2013 e 2014, e também, comparar os dados fornecidos pela Polícia Militar e pelo Ministério Público do Estado do Pará	Dr. Prof. Wilson José Barp	Sim	Não
Percepção da violência escolar: Atuação do gestor público e privado	2016	Raimundo Roberto Santos França	Realizar um comparativo entre as escolas pública e privada sob a ótica da gestão escolar	Dra. Profa. Silvia dos Santos de Almeida	Sim	Não
Violência física e verbal contra docentes nas escolas da rede pública no estado do Amapá nos anos de 2017 e 2018	2019	Rosilene Maria Lopes Gomes	Analisar que fatores estão relacionados as práticas de violência presentes no contexto das escolas públicas de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, durante os anos de 2017 e 2018	Dr. Prof. José Gracildo de Carvalho Júnior	Sim	Sim
Desengajamento Moral e a prática do <i>bullying</i>	2019	Ariane Lilian Lima dos Santos Melo Rodrigues	Compreender o papel dos mecanismos do Desengajamento Moral e caracterizar a prevalência da violência no contexto escolar, entre os estudantes	Dra. Profa. Maély Ferreira Holanda Ramos	Sim	Não

**Fonte:** Elaborado pelo Autor, 2020.

Pelo Quadro 1 é possível observar que a maioria das pesquisas encontradas possui temática direcionada à violência escolar, cabendo ao policiamento escolar apenas informações pontuais, sem detalhamentos ou discussões profundas a respeito de sua presença ou atuação no espaço da escola.

Sendo assim, diante dos pressupostos apresentados, definiu-se como problema a seguinte questão: **Qual a percepção dos policiais militares, professores e alunos sobre o papel, capacitação profissional e as formas de atuação do policiamento dentro do espaço das escolas pública?**

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Geral**

Demonstrar qual a percepção dos policiais militares, professores e alunos acerca do papel, capacitação profissional e as formas de atuações do policiamento dentro das escolas públicas.

#### **3.1.2. Específicos**

Verificar como policiais militares da PMPA percebem o papel, capacitação profissional e as formas de atuação do policiamento dentro das escolas públicas;

Conferir como os professores e alunos de escolas públicas percebem o papel, capacitação profissional e as formas de atuações do policiamento dentro do espaço escolar.

### **4. QUESTÕES NORTEADORAS**

Pelo fato da proposta de pesquisa ser essencialmente de natureza qualitativa, em vistas apresentar a percepção de policiais, professores e alunos sobre o policiamento dentro das escolas públicas quanto ao seu papel, formação e formas de atuações, foram adotadas as seguintes questões norteadoras: Qual a percepção dos policiais militares da PMPA pertencentes ao policiamento escolar nas cidades de Belém e Marabá sobre o papel, capacitação profissional e formas de atuações dentro das escolas públicas? Como os professores e alunos da Escola Municipal de Supervisão Militar de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins, localizada na

cidade de Marabá-PA percebem o papel, capacitação profissional e formas de atuações do policiamento intraescolar?

## 5. REVISÃO DA LITERATURA

Para direcionar os estudos acerca das discussões sobre o policiamento dentro do ambiente escolar no que compete ao seu papel, capacitação profissional e formas de atuações, foram organizadas buscas avançadas por artigos catalogados nas bases de dados Capes Periódicos, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), e Google Acadêmico. Foram feitas, também, buscas no site do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará (PPGSP-UFPA) relativas a dissertações com temáticas sobre violência escolar e policiamento escolar. Para os artigos, especificamente, foram adotados os seguintes critérios de inclusão: caráter empírico, publicados nos últimos 10 anos, na íntegra, disponibilizados gratuitamente, em idioma nacional referenciados a partir do descritor *policiamento escolar*, e dos cruzamentos dos descritores *polícia x violência escolar* e *policiamento escolar x violência escolar*, obtendo-se os seguintes resultados conforme a Tabela 1:

**Tabela 1** - Resultado das buscas dos artigos e dissertações nos diretórios, a partir dos critérios de inclusão e dos descritores utilizados nas pesquisas, nos últimos 10 anos.

Diretórios	Soma do levantamento dos artigos de acordo com os critérios de inclusão	Soma do levantamento das dissertações de acordo com os critérios de inclusão	Quantidade final de artigos e dissertações selecionados
Capes	554		4
Scielo	1		0
Google Acadêmico	10.300		8
PPGSP-UFPA		5	4
<b>Total</b>		<b>10.860</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Alguns artigos e dissertações levantados receberam destaque por descreverem e explorarem a praticidade do policiamento no interior das escolas. Contudo, devido a quantidade pequena de trabalhos que discutiram a temática a nível nacional, foram incluídos trabalhos

recentes de pesquisa sobre o Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública de Portugal.

Cezário (2009), por exemplo, avaliou a relação entre policiais e jovens, a partir das perspectivas das ações do Programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública de Portugal. Por meio de observações *in loco*, entrevistas e aplicação de questionários a policiais das localidades de Porto, São João da Madeira (Aveiro), Lisboa (área metropolitana), Vila Franca de Xira (Região de Lisboa), Baixa da Banheira (Barreiro/Setúbal), Beja e Faro, a autora constatou que, embora os policiais alegassem falta de formação específica e continuada, os mesmos foram enfáticos em dizer que práticas pedagógicas e multidisciplinares são fundamentais ao trabalho escolar, colaborando para estreitar as relações com o público juvenil.

Neste sentido, Bento (2017) também retratou o Programa Escola Segura observando comportamento de policiais de uma esquadra de Lisboa em Portugal, denominada de “Divisão Vermelha”, com o propósito específico de descrever como a polícia de proximidade é operacionalizada e desenvolvida dentro do ambiente escolar. Assim, Bento (2017) concluiu que a promoção de encontros com membros de direções escolares, representantes do poder local ou de diferentes associações para debater os problemas escolares, além de fortalecer o diálogo e as relações interpessoais de confiança com os policiais, são medidas consideradas efetivas na prevenção à violência escolar.

A inclusão de novas áreas do conhecimento passou a ser predicação essenciais para as atuações do policiamento escolar, principalmente as correlacionadas ao campo pedagógico. Neste âmbito, Demétrio, Viana e Hoeflich (2013) analisaram o desempenho do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que se trata de um programa restrito às policiais militares com que objetiva prevenir a prática de violência e uso de drogas entre os jovens por meio de dinâmicas pedagógicas.

Demétrio, Viana e Hoeflich (2013) baseados na análise de 284 questionários respondidos por alunos do 9º ano das escolas da rede estadual da cidade de Laranjeira do Sul, no estado do Paraná, inferiram que apenas 1% dos participantes do PROERD, no período de 2007 a 2009, utilizou em algum momento, ou ainda utiliza alguma droga ilícita. Resultado, que segundo os pesquisadores, demonstra que o programa por sua proposta preventiva à violência tem alcance eficaz na vida dos estudantes no ambiente escolar e no convívio social.

Cardozo e Nogueira (2019) também analisaram o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) como política pública de prevenção ao uso de drogas e a violência na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul. Após levantamentos bibliográfico sobre a temática e análise de questionários disponibilizados pelo 2º Batalhão de

Área de Fronteira da Brigada Militar, os autores notaram que durante o período de implementação do programa, entre os anos de 2007 a 2017, levando em consideração aspectos como: o número de participantes, as escolas beneficiadas e as ocorrências policiais, houve pouca oscilação de crimes envolvendo o público juvenil em atos de homicídio, furto e roubo de veículos, roubo em geral, latrocínios, delitos relacionados às armas, munições e entorpecentes.

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) foi destacado ainda por França (2016) quando comparou a violência escolar nas redes públicas e particulares no Município de Castanhal, no estado do Pará. O pesquisador constatou analisando questionários e entrevistas de 8 gestores de escolas públicas e 5 da rede privada, bem como os livros de ocorrências das escolas, que o programa preventivo tem maior acessibilidade e interatividade com as escolas públicas. No entanto, França (2016) adverte que a presença constante do policiamento na escola pública também se dá por ser a que mais aciona a corporação para atendimentos de ocorrências em suas dependências, situação não tanto comum nas escolas particulares que dispõe de tecnologia no apoio à prevenção da violência, como por exemplo, as câmeras de vigilância.

Apesar da grande aceitação do PROERD nas escolas, Rodrigues (2018) sugere cautela quanto à avaliação da eficácia do programa no que diz respeito à prevenção da violência. Isto por que, ao diagnosticar a atuação do PROERD em algumas escolas do estado do Mato Grosso do Sul, por meio dos discursos de alunos que participaram dos cursos e das atividades pedagógicas, de policiais militares que atuam no programa, de ex-alunos do ensino médio, de pais de alunos e do corpo técnico escolar, o autor observou que o programa produz apenas dados quantitativos. Portanto, conclui o pesquisador, que é necessária a inclusão de ferramentas de mensuração e gerenciamento qualitativos para maior precisão os resultados do programa.

Gomes (2019) ressalta a urgência de mais trabalhos preventivos de enfrentamento à violência dentro da escola com foco pedagógico. A autora chegou a esta conclusão, após identificar dados dos boletins de ocorrências, que a prática mais usual por parte da polícia militar nas escolas públicas dos municípios de Macapá e Santana, no estado do Amapá, durante o ano de 2017 foram somente as rondas repressivas, que segundo a autora, não foram suficientes para conter os atos de violência quando comparado com os dados estatísticos da localidade.

Esta complexa atmosfera escolar de certo provoca confusão quanto a real função da polícia na escola. Santana e Gomes (2010) analisaram o papel do policial no espaço escolar apoiados por entrevistas, questionários e grupos focais com policiais, diretores, membros do conselho de segurança escolar e alunos de 4 escolas consideradas as mais violentas da rede pública do Distrito Federal. Os autores constataram que a presença policial de fato causa

dúvidas dentro da comunidade escolar pelo desempenho pedagógico semelhante ao do educador. No entanto, apesar deste “duplo papel”, a comunidade escolar reconhece que a presença policial transmite tranquilidade, ordem e segurança no espaço da escola (SANTANA; GOMES, 2010).

Os conflitos, igualmente, foram detectados por Lamosa e Guimarães (2016) quando investigaram a permanência fixa da polícia militar nas escolas públicas pertencentes ao Programa Estadual de Integração na Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Os autores aos utilizarem entrevistas semiestruturadas com 17 docentes da Escola Estadual Antônio Houass, localizado no bairro do Méier, descobriram que a divergência está no questionamento sobre a verdadeira função do policial na escola, que na opinião dos professores está entre “guarda patrimonial” e “inspetor escolar”. Todavia, ainda segundo as autoras, mesmo com a falta de clareza quanto à funcionalidade, os docentes legitimam a presença policial como importante para resolver problemas de conflitos, atos de vandalismos e agressões, ainda que alguns avaliem a polícia como não preparada para atuar nas escolas.

Costa (2017) examinou o trabalho policial preventivo do Batalhão Escolar da Polícia Militar de Goiás nas escolas estaduais da cidade de Goiânia e obteve como resultado através da análise de questionários e de observação *in loco* dos participantes (policiais militares), que o policiamento escolar ao empregar ações como: visitas comunitárias, patrulhamento nas imediações, serviço de atendimento emergencial, palestras orientativas e reuniões periódicas, proporciona na comunidade que convive no espaço da escola um sentimento de segurança, tranquilidade e confiança. Apesar do reconhecimento dos professores sobre o trabalho policial, os policiais militares admitem que os docentes precisam de melhores esclarecimentos quanto as verdadeiras atribuições do policial dentro do espaço escolar (COSTA, 2017).

Krawczun e Platt (2015) em pesquisa realizada na cidade de Londrina, no Estado do Paraná com o propósito de verificar a compreensão dos policiais militares que atuam na Patrulha Escolar Comunitária e dos professores da rede estadual de ensino acerca da indisciplina e violência chegaram a resultados relevantes para as atividades intraescolares. Os pesquisadores identificaram pelas entrevistas que apesar dos policiais estarem bem preparados para trabalhar com os adolescentes dentro do âmbito escolar, agindo inclusive como conselheiros, ainda lhes faltam o discernimento sobre as definições entre indisciplina e violência, o que colabora para gerar confusão sobre sua real atividade na escola e por isso acabam mediando conflitos no campo administrativo disciplinar.

Como bem visto, é notado que a simples presença policial resulta em segurança para o ambiente escolar. Condição percebida por Peres (2016) quando se propôs a identificar as

características da violência em duas escolas públicas de ensino fundamental e médio, com baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2013, localizadas no bairro Jurunas, na cidade de Belém. A autora constatou que a maioria dos 730 alunos participantes da pesquisa não se sente segura na escola exatamente pela falta de policiamento, circunstância que fez de certo modo grande parte dos alunos, ainda segundo a autora, deixar de frequentar aulas por causa do medo.

Lima e Santos (2017) acrescentam que só o fato de uma unidade policial está perto de uma escola é o suficiente para proporcionar alguns benefícios intraescolares, tais como: aumento da segurança, confiança para os professores desenvolverem diversas atividades pedagógicas na escola e interatividade profissional entre as classes policiais e docentes. Tais resultados foram alcançados quando Lima e Santos (2017) analisaram os conteúdos das entrevistas e dos grupos focais com alguns professores do ensino fundamental de três escolas públicas do Rio de Janeiro, tendo como foco as representações sociais de policiamento de proximidade associadas a uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) instalada na frente de uma escola cercada por favelas.

Ao contrário dos relacionamentos difusos e conflitantes, Santana, Santana e Lima (2013) apresentaram como resultado de pesquisa, uma descrição de harmonia entre policiais, alunos, comunidade e direção de escolas públicas. A pesquisa dos autores tinha objetivo investigar a atuação do policial em escolas localizadas em três Regiões Administrativas do Distrito Federal que possuíam indicadores elevados de violência fundamentado pela análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas com 4 diretores e 7 policiais militares que atuam nas escolas. Santana, Santana e Lima (2013) assinalam, ainda, que fatores atinentes ao preparo específico para a atividade escolar; inclusão de métodos pedagógicos; ações rotineiras qualificadas e reforço do diálogo foram os diferenciais tanto quanto para o equilíbrio das relações interpessoais como para a segurança escolar.

Carvalho (2016) com o objetivo de analisar a percepção dos policiais militares e de gestores, professores, funcionários, estudantes e pais/responsáveis de uma unidade de ensino com o maior número de atendimento em 2015 da rede estadual da cidade Salvador, descobriu por intermédio de análise das entrevistas, questionários e grupo focal, que os gestores reconhecem a importância das rondas escolares do Policiamento Comunitário Escolar da Polícia Militar do Estado da Bahia para o cotidiano da escola e acrescentam que há necessidade de implementar estratégias integradas para enfrentar o contexto atual de violência escolar.

Carvalho (2016), assentado na visão dos estudantes, ressalta que o policiamento escolar tem baixa capacidade e potencial de resolutividade frente aos problemas ocorridos na escola,

dada a incoerência das normas e das ações preventivas utilizadas. Para os alunos a imagem da polícia ainda é de um órgão repressor que provoca desconfiança, medo e afastamento. Uma percepção, que de acordo com os policiais, é consequência da desinformação, indiferença, resistência e do preconceito diante de algumas posturas dita “repressoras” que ainda são consideradas necessárias para a preservação da ordem pública (CARVALHO, 2016)

Contudo, Miléo (2016) garante que o combate à violência escolar vai além de medidas preventivas ou boas práticas, como palestras ou projetos sociais, atuações inovadoras e medidas simples como a melhoria de ferramentas de comunicações podem ser consideradas úteis neste contexto. Isto porque, ao pesquisar o fluxo de 274 ocorrências registradas pela CIPOE nas escolas públicas e particulares da cidade de Belém no período de 2013 a 2014, Miléo (2016) contabilizou que quase a totalidade (94,6%) dos assentamentos não chegou ao conhecimento das Promotorias de Justiça da capital paraense para que pudessem receber os procedimentos de medidas corretivas, o que demonstra fragilidade no diálogo interna e externa de ambos dos órgãos e que consequentemente prejudica o planejamento de políticas de prevenção.

O policiamento escolar é por vez discutido, de acordo com as pesquisas apresentadas, acerca de sua legalidade e legitimidade para atuar no ambiente intraescolar, que por vez tem gerado dúvidas sobre seus limites institucionais e alguns conflitos de relacionamentos com a comunidade escolar. Situação que implicam em debates sobre a capacitação policial e que se estende para indagações atinentes aos resultados do policiamento frente à violência escolar.

## **6. METODOLOGIA**

### **6.1. Natureza da pesquisa**

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa baseada na percepção dos atores sociais que convivem diretamente com o policiamento escolar, no caso os policiais militares, professores e alunos para melhor entender os processos, atitudes, significados e valores que estão intrínsecos e pouco conhecidos na experiência do policiamento escolar e que não podem ser traduzidos em

números. Na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte direta de relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, podendo proporcionar interpretações e garantir significados às categorias ou variáveis conexas ao fenômeno estudado (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; CÂMARA, 2013; PEROVANO, 2014).

Sendo assim, para atingir os objetivos da pesquisa e gerar aproveitamento prático, a pesquisa aplicada teve um caráter exploratório e descritivo. Devido ambos, segundo Gil (2008), terem grandes utilidades para estudos que se preocupam com atuações práticas, e ainda colaboram para suscitar novas visões sobre a problemática.

Pelo fato do policiamento escolar ser um tema amplo e pouco aprofundado, o uso do processo exploratório possibilitou uma visão mais aproximada, clara, específica e precisa sobre o papel, capacitação profissional e operacionalização das atividades policiais no ambiente escolar. Com isso, os estudos exploratórios são considerados instrumentos iniciais e prósperos para futuras pesquisas com procedimentos mais sistematizados (TRIVINO, 1987; GIL, 2008).

A pesquisa descritiva colaborou para retratar as categorias específicas da prestação de um serviço público de segurança junto à comunidade, a partir das opiniões, atitudes e percepções de uma população delimitada e que convive de modo aproximado com o policiamento escolar. Sendo assim, a finalidade quando se adota este tipo de pesquisa é mostrar as características dos fatos e dos fenômenos o mais próximo da realidade, que obtenha certo grau de validade e confiança (TRIVINO, 1987; GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os estudos também levaram em consideração o trabalho de Godoy (1995) por destacar que as pesquisas descritivas de natureza qualitativa devem observar com importância a escrita na base de dados. Elemento que, de acordo com o autor, é relevante durante o processo de obtenção ou na disseminação dos resultados, pois quando devidamente analisado, dá um enfoque mais amplo a realidade em estudo. No entanto, para que se obtenha essa visão holística dentro de um contexto com o uso do método de análise indutiva, pesquisadores devem aprender que o instrumento mais confiável é sua própria pessoa durante os processos de observação, seleção, interpretação dos dados coletados (GODOY, 1995).

## **6.2. *Locus e Participantes***

O cenário contemporâneo de violência que aflige a comunidade escolar, especificamente, as escolas públicas, levou a PMPA a implantar estratégias que levem segurança e tranquilidade às escolas (PARÁ, 2014). Dessa modo, a corporação instituiu e

delegou à unidades e grupos específicos a incumbência de operacionalizar o policiamento escolar, a exemplo da: Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE) com o patrulhamento na área metropolitana de Belém; os Grupamentos de Proteção Ativa (GPA) subordinados e determinados a atuarem dentro da circunscrição operacional dos batalhões e o Grupamento de Supervisão Militar pertencente ao 4ª batalhão, sediado na cidade de Marabá, atuante na fiscalização disciplinar no interior da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins.

O policiamento escolar, quando se tem como referência o histórico bicentenário da PMPA, é considerado uma atividade recente e que exerce suas atividades em um ambiente diferente do habitual do policial militar e para qual foi formado. Assim, tornou-se indispensável a participação na pesquisa dos policiais militares das unidades e dos grupos especializados, bem como dos principais protagonistas do espaço escolar, professores e alunos das escolas pública.

Como se trata de um foco de estudo definido e com escopo limitado, e ainda por se tratar de propósitos diferenciadas sem a finalidade comparativa, o número de participantes de cada grupo foi pequeno e diferenciado, quantidade estimada como suficiente para compreender sobre o papel, capacitação profissional e forma de atuações do policiamento intraescolar (DRIESSNACK; SOUSA; MENDES, 2007)

Dessa forma, a pesquisa contou com a participação de 6 policiais militares de cada unidade ou grupamento legitimados pela PMPA ao serviço nas escolas públicas (CIPOE, GPA da unidade do 2º Batalhão e Supervisão Militar do 4º Batalhão). Com a desistência de 1 participante da CIPOE no decorrer da coleta de dados, o total foi de 17 policiais militares. A seleção dos participantes se deu por conveniência e disponibilidade dos policiais militares, obedecendo aos seguintes critérios: ser voluntário para participar da pesquisa, atuante no policiamento dentro das escolas e sem obrigatoriedade de cursos na área escolar. A heterogeneidade de cada grupo de participantes foi mantida por ter sido levado em consideração variáveis como: sexo, faixa etária, tempo de serviço e graduações ou postos hierárquicos (PEROVANO, 2014).

Quanto aos princípios de exclusão, estiveram ausentes da seletiva os policiais militares em gozo de férias, afastados do serviço por problemas administrativos, jurídicos e médicos, ou que de alguma forma não se sentissem a vontade de participar da pesquisa.

Os professores e alunos participantes foram da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins tendo em vista o discernimento que têm do policiamento escolar, considerando a perceptividade da presença diária da equipe de supervisão militar do 4º batalhão da PMPA na escola. Assim, os participantes também por conveniência, totalizaram

em 14 alunos de ambos os sexos, sendo 2 alunos de cada ano escolar (do 6º ano fundamental ao 3º ano do ensino médio) e 6 docentes de ambos os sexos do quadro efetivo da escola.

Os critérios de inclusão para os alunos tiveram como referência: a participação voluntária, contato por mais de 1 ano com a supervisão militar, maiores de 12 anos, sem parentesco com policiais militares ou professores e autorizados pelos pais. Estiveram ausentes do processo seletivo os alunos com punições escolares consideradas graves.

Os professores obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: participação espontânea, não pertencerem à direção ou coordenação da escola, contato por mais de 1 ano com a supervisão militar, sem grau de parentesco com policiais militares, alunos ou direção escolar; autorizados pelos pais. A punição administrativa grave foi o único critério de exclusão para a seleção dos professores

### **6.3. Coleta de dados e Instrumento**

Com o propósito de se obter informações mais profundas sobre o policiamento escolar, a técnica procedimental para coleta de dados se deu por entrevista coletiva com roteiro semiestruturado. Trivinos (1987) e Gil (2008) reforçam que a entrevista coletiva é bastante adequada no campo das ciências sociais em estudos exploratórios de caráter qualitativo em vista a flexibilidade e capacidade que o instrumento tem de extrair dos participantes entendimentos acerca daquilo que sabem, fazem e sentem associados ao objeto de estudo.

Anterior à coleta de dados, foi encaminhado ofício para cada comandante imediato as unidade ou grupamentos legitimados ao policiamento solicitando a participação dos policiais militares, esclarecendo os objetivos e os possíveis benefícios institucionais, acadêmicos e sociais que a pesquisa poderia alcançar e proporcionar.

Em datas, horários e locais pré-agendados e distintos, os policiais militares de cada unidade e grupamento compareceram para as entrevistas coletivas realizadas uma única vez por grupo de participantes. O procedimento foi mediado por dois pesquisadores, com exceção do autor da pesquisa, realizado nas respectivas unidades de trabalho dos participantes. Foram tomadas de devidas cautelas quanto aos esclarecidos sobre os fundamentos e os objetivos da pesquisa, assim como relativo ao protocolo para a assinatura do Termo de Livre Consentimento (TCLE) (APÊNDICE 1) e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICE 2).

A direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins também foi contemplada com ofício de solicitação para que professores e alunos pudessem participar da pesquisa. Em seu teor foi ressaltado o escopo da pesquisa e os protocolos normativos para coleta de dados.

A pesquisa com os professores e alunos ocorreu dentro da escola em Marabá em datas e horários diferenciados por grupos de participantes uma única vez. Cabendo para isto, a divisão dos alunos em 2 grupos, um formado pelos discentes do ensino fundamental e outro pelo ensino médio.

O próprio local de trabalho ou de convívio dos participantes foi adotado para o procedimento de coleta, devido Perovano (2014) ressaltar que ambiente de coleta de dados é fundamental para certificar a qualidade das informações e chegar mais perto da realidade proposta pela pesquisa.

As perguntas foram norteadas por questões que pudessem descrever e explorar a respeito do papel, da capacitação e das formas de atuar do policiamento escolar no interior das escolas públicas, além de itens de caracterização (APÊNDICE 3). Desta feita, foram elaboradas 6 perguntas para os policiais militares sobre: o papel e a importância do policiamento escolar no interior das escolas públicas; as principais diferenças entre o policiamento de rua e o policiamento dentro da escola; se a formação policial atende as necessidades e as complexidades do ambiente escolar; os conhecimentos e habilidades necessárias para o policial militar atuar no interior das escolas; os principais problemas e ocorrências dentro do espaço escolar e as formas de atuações policiais para enfrentá-las.

Para os professores o roteiro contou com 6 perguntas direcionadas ao papel e a importância do policiamento no interior das escolas públicas; o preparo policial para atender as necessidades e as complexidades do ambiente escolar; conhecimentos e habilidades necessárias para o policial militar atuar no interior das escolas; principais ocorrências no interior da escola e a forma que o policiamento atua para resolvê-las; principais dificuldades durante o período de instalação da supervisão militar na escola e as melhorias mais evidentes desde a instalação da supervisão militar na escola

Enquanto que para os alunos foram selecionadas 5 perguntas relativas a(o): papel e a importância do policiamento no interior das escolas públicas; preparo e habilidades do policial para trabalhar dentro da escola; principais ocorrências no interior da escola e de que forma o policiamento atua para resolvê-las; e as principais melhorias desde a chegada da polícia militar na escola.

#### 6.4. Análises de Dados

Para entendimento dos significados das mensagens e das atitudes dos participantes, as entrevistas foram apreciadas por meio de Análise de Conteúdo seguindo os protocolos indicados por Bardin (1977). Buscou-se, assim, conferir a frequência (*f*) das palavras no *corpus textual*, tomando por base dois ramos importantes da linguística: a **semântica** - dedicada em dar significado as palavras, frases e texto- e a **lexicologia**- com interesse no vocabulário, na estatística lexical e na aplicação dos métodos estatísticos à descrição do vocabulário (BARDIN, 1977).

As análises das entrevistas foram feitas separadamente por grupos de participantes (policiais, professores e alunos) com o auxílio do *software* NVIVO 10 como método exploratório de apresentação da frequência das palavras contidas no conteúdo das mensagens. Assim, conseqüentemente, com o corte de 6 ou mais caracteres de extensão, evidenciou as palavras mais frequentes no conteúdo das entrevistas, gerando figuras de “nuvens de palavras” compreendida da seguinte forma: quanto maior o termo mais frequente foi no conteúdo das entrevistas.

A análise de conteúdo, quando utilizada de forma séria e responsável, potencializa as pesquisas qualitativas para um entendimento denso dos significados daquilo que estão por trás dos discursos, como também para a sistematização das descrições das mensagens e das atitudes dos participantes dentro de um determinado contexto (CAREGNATO; MUTTI, 2006; CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014; SILVA; FOSSÁ, 2017).

#### 6.5. Protocolo Ético

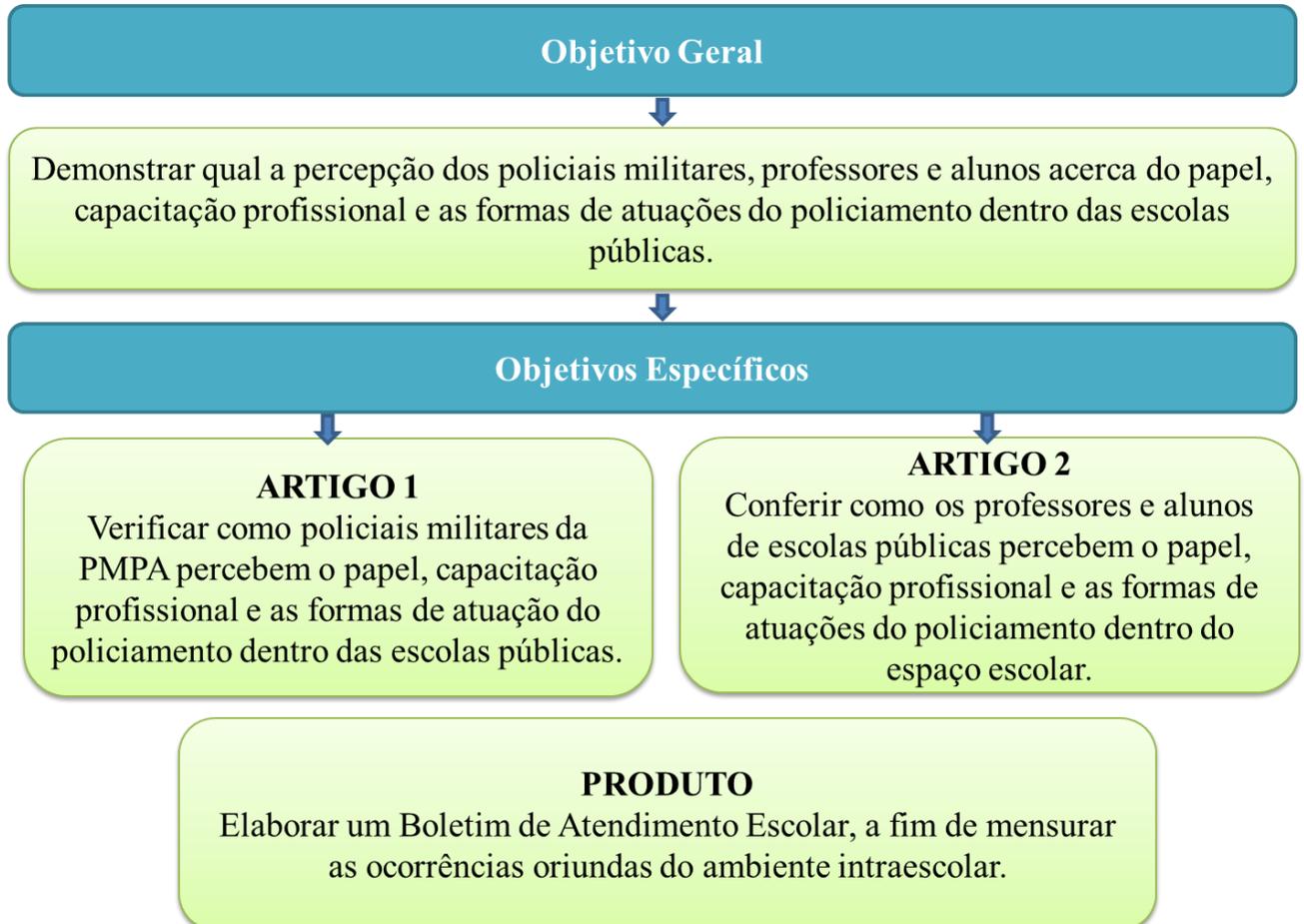
O processo de investigação, como afirmam Prodanov e Freitas (2013), levam o pesquisador a obter um alto grau de responsabilidades e respeito com os direitos autorais e fontes bibliográficas, no sentido de que sua autonomia acadêmica tenha atributos valorativos de honestidade intelectual, integridade, ética, justiça e respeito conseguem e com a própria sociedade.

Por isso, todos os procedimentos adotados para a coleta de dados estiveram sob a luz dos aspectos éticos, validados com a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1 e 2, respectivamente), documentos que formalizaram a participação dos policiais militares, professores e alunos, e

pela aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos sob o parecer consubstanciado N<sup>o</sup> 3.660.562 (ANEXO 1), conforme prevê a resolução do Conselho Nacional de Saúde N<sup>o</sup> 466/2012 relativo a pesquisas com seres humanos.

## 7. SÍNTESE DA PESQUISA

**Figura 1** - Percurso da Dissertação conforme os artigos oriundos dos objetivos específicos, PPGSP, 2020.



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2020.

## CAPITULO 2 - ARTIGOS CIENTÍFICOS

### ARTIGO CIENTÍFICO 1

#### O policiamento escolar sob a ótica dos policiais militares<sup>1</sup>

Hélio P. de Moraes <sup>a</sup> e Clay A. N. Chagas <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Instituto de Ciências Humana, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil  
hp.moraes@hotmail.com / +55 91 998284647

<sup>b</sup> Instituto de Ciências Humana, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil  
claychagas@ufpa.br / +55 91 981147082

#### RESUMO

A pesquisa sobre a funcionalidade do policiamento escolar teve como objetivo verificar como policiais militares da PMPA percebem o papel, capacitação profissional e as formas de atuação do policiamento dentro das escolas públicas. A pesquisa contou com a participação de 17 policiais militares pertencentes às unidades ou grupamentos legitimados para a segurança escolar (Companhia Independente de Policiamento Escolar e Grupamento de Proteção Ativa do 2º batalhão e o Grupamento de Supervisão Militar do 4º batalhão). Para alcance da proposta, o procedimento de coleta de dados se deu mediante entrevista coletiva semiestruturada, analisado por meio de técnicas de compreensão qualitativa. Foi verificado pelos resultados que crianças são as principais referências para o trabalho preventivo do policiamento intraescolar, embora os policiais tenham alegado que a relação com a direção escolar é um dos principais problemas enfrentado. Considerou-se, portanto, que para a eficácia do policiamento intraescolar é primordial que seus agentes estejam capacitados por uma matriz multidisciplinar, ao passo de que as formas de atuações possam estar claras e condizentes com as peculiaridades exigidas pelo ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Atuação; Capacitação; Escola; Papel; Percepção.

#### 1. Introdução

As escolas públicas do Estado do Pará são consideradas pela Polícia Militar do Pará (PMPA) bens jurídicos e ambientes legítimos para a realização de atividades de segurança pública (Pará, 2014). Um dos motivos para a realização deste tipo de policiamento peculiar, denominado de policiamento escolar, está associado a questão da violência, que de acordo Abromovay *et al.*, (2016) e Lima *et al.*, (2017) tem se apresentado de forma

---

<sup>1</sup> O presente artigo está obedecendo às normas do International Journal of Development Research (IJDR) ISSN 2230-9926 (ANEXO 2). Vale ressaltar que uma das normas da revista é a inserção das Figuras e Tabelas ao final do texto do manuscrito. No entanto, para fins didáticos as figuras foram preservadas em seu local original.

constante e variada dentro do espaço escolar, a partir do momento que identificaram as agressões físicas, brigas, xingamentos, roubos, furtos, *bullying* e *cyberbullying* (zoar, xingar ou ameaçar pela *internet*) como as ocorrências intraescolares mais frequentes nas escolas públicas brasileiras.

Para proteger os espaços escolares contra os atos de violência, a PMPA possui institucionalizado grupamentos especializados, a exemplo da Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE) com a função de atender, exclusivamente, às escolas públicas estaduais e municipais dentro da região metropolitana da cidade de Belém (Pará 2014; Pará, 2016). Outras equipes competentes para o exercício do policiamento escolar são os Grupamentos de Proteção Ativa (GPA), que sob a gerência dos batalhões policiais, exercem o policiamento comunitário com o propósito de aproximar e integrar diversos segmentos da sociedade, dentre eles as escolas, como estratégia para a preservação da ordem pública (Pará, 2017).

O policiamento escolar é realizado ainda pelo Grupamento de Supervisão Militar do 4º Batalhão de Polícia Militar sediado na Cidade de Marabá, no interior do Estado do Pará. A equipe de policiais trabalha diretamente dentro da Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins com a responsabilidade de fiscalizar, orientar e controlar a disciplina de alunos, contudo, sem interferência e obedecendo a política ideológica e pedagógica já existente na escola (Pará, 2018).

Mesmo com a iniciativa de proteção escolar, Javornik (2010) e Pinheiro e Lucena (2014) não veem a Polícia Militar como órgão autêntico para atuar no interior das escolas, em razão de que a formação histórica com viés autoritários das forças policiais não é dotada de conhecimentos didáticos e pedagógicos que possam colaborar com o ensino-aprendizagem de jovens.

Por outro lado, alguns pesquisadores aceitam o policiamento escolar como uma estratégia de segurança legal, indispensável, impactante e interativa, com a ressalva, no entanto, de que os policiais militares estejam devidamente qualificados para o exercício peculiar da função (Bengochea *et al.*, 2004; Cezário, 2009; Carvalho, 2016; Bento, 2017).

A partir deste dilema acerca da funcionalidade do policiamento dentro do espaço escolar, colaborada pelo fato de ser uma atividade nova no campo da segurança e distinta da rotina policial militar quando se tem como referência os dois séculos de afã da Polícia Militar Pará, caberá a pesquisa verificar como os policiais militares percebem o papel, capacitação profissional e as formas de atuação do policiamento dentro das escolas públicas.

## **2. Materiais e Métodos**

A presente pesquisa utilizou procedimentos metodológicos de caráter exploratório e descritivo por meio de uma abordagem de compreensão qualitativa. Para tanto, a partir do critério de conveniência e de acordo com as disponibilidades dos participantes, a pesquisa contou com 17 policiais militares, sendo 5 participantes da Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE), 6 militares do Grupamento de Proteção Ativa (GPA) do 2º Batalhão de Polícia Militar com sede na cidade de Belém e 6 policiais da Supervisão Militar do 4º Batalhão da PMPA, localizado na cidade de Marabá ( Gil, 2008; Gerhardt; Silveira, 2009).

Os participantes foram compostos por oficiais e praças (sargentos, cabos e soldados), de ambos os sexos, com tempo de serviço de 2 anos para o mais jovem na carreira e de 26 anos para o mais experiente. Do total de participantes, 13 cursavam ou tinham concluído o nível superior nas áreas matemática, segurança pública, engenharia, educação física, letras, informação, direito e administração. A mesma quantidade dos participantes que possuíam conhecimento na área de policiamento escolar, tomando como base os cursos de Policiamento Comunitário Escolar, Supervisão Militar Educacional e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).

A coleta de dados se deu mediante entrevista coletiva semiestruturada com roteiro de 6 perguntas relacionadas ao papel do policiamento, a capacitação profissional e as formas de atuações dentro do espaço escolar. Os procedimentos realizados, separadamente, por cada grupo de policiais nos seus respectivos quartéis de origem, obedeceu aos protocolos da resolução do Conselho Nacional de Saúde N° 466/2012 com autorização N° 3.660.562 do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (Trivinos,1987; Gil, 2008).

Durante a fase de análise, as entrevistas foram apreciadas conforme os protocolos e procedimentos técnicos de Análise de Conteúdo. Os resultados foram obtidos com o auxílio do *software* NVIVO 10 que conferiu a frequência das palavras dentro do *corpus textual* das entrevistas (Bardin, 1977; Prodanov, 2013).

### **3. Resultados e Discussões**

Os procedimentos de análise geraram 3 “nuvens de palavras”, que tomando por base o corte de 6 ou mais caracteres de extensão, têm a seguinte forma de interpretação: quanto maior a letra mais frequente foi na base de dados das entrevistas. Todavia, para fins de análise e discussão, foram excluídas as palavras que tivessem correlação direta com o título de cada pergunta das entrevistas atinentes ao papel, capacitação profissional e formas de atuação do policiamento no interior das escolas públicas.

Dessa forma, as palavras mais frequentes e significativas acerca da percepção dos policiais militares a respeito do **Papel do Policiamento Intraescolar** foram identificadas pela Figura 1, sendo: “crianças” (f=24); “trabalho” (f=20); “alunos” (f=16); “professores” (f=15), “prevenção” (f=10) e “realidade” (f=9).

**Figura 1** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca do papel do policiamento dentro das escolas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Destacou-se neste contexto o fato dos policiais militares perceberem as “crianças” como os principais elos de aproximação e de referência para suas atividades funcionais dentro das escolas públicas. Os agentes de segurança entendem que o estreitamento das relações interpessoais com as “crianças” é o primeiro passo para que a comunidade compreenda a verdadeira atribuição do policiamento no ambiente escolar, como demonstram alguns trechos a seguir: “no decorrer desse trabalho eu percebi que as crianças ou os estudantes, eles não conheciam a polícia (P3, 2019); “essa questão da aproximação da polícia militar com a comunidade escolar, acho interessante que, principalmente as crianças que não tem aquele contato com o policial, eles começam a conhecer” (P6, 2019).

Outro aspecto interessante identificado na percepção dos policiais militares, foi o reconhecimento pelo “trabalho” de “prevenção” como sendo a principal função do policiamento na escola, seja por obrigação legal ou por anseio da comunidade escolar, como discorrem os seguintes trechos das entrevistas: “pra eles a questão da prevenção principalmente quando fala sobre drogas” (P1, 2019); “que é trabalhar também na prevenção, eu acho muito importante” (P3 2019) ; “papel primordial constitucionalmente é a prevenção, não é prender” (P8, 2019).

A concepção dos policiais militares sobre a importância do trabalho intraescolar tendo como foco as crianças, ratifica a importância de práticas pedagógicas nas atividades preventivas policiais, além do mais, fortalece a integração e os elos de aproximação entre a comunidade escolar e as demais instituições de segurança

pública. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) é um exemplo deste esforço pedagógico nas atuações policiais, que adotado por algumas polícias brasileiras que tem alcançado resultados coerentes diante de sua proposta de prevenção à violência envolvendo jovens de escolas públicas (Cezário, 2009; Demétrio *et al.*, 2013; Bento, 2017; Cardozo; Nogueira, 2019).

A relevância do trabalho preventivo reconhecido pelos policiais como seu principal papel na segurança escolar, é traduzido por Carvalho (2016) como uma postura inicial para quebra de paradigmas sobre impressões que a comunidade escolar ainda sustenta sobre a polícia como órgão unicamente repressor. Ainda segundo Carvalho (2016), quando o policial entende que o seu trabalho intraescolar tem importância preventiva, de certo compreende que o contexto do espaço da escola quanto a público, ambiente e relações sociais é diferente do seu habitual, e por isso necessita de formas de atuações pertinentes a esta realidade.

Os termos “*formação*” ( $f=36$ ), “*trabalho*” ( $f=17$ ), “*criança*” ( $f=16$ ), “*adolescente*” ( $f=15$ ), “*supervisão*” ( $f=14$ ) e “*diferente*” ( $f=14$ ) foram identificados como os mais constantes e relevantes associados a percepção dos policiais militares no que tange a **Capacitação Profissional**, conforme mostra a Figura 2.

**Figura 2** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca da capacitação profissional do policiamento escolar para atuar dentro das escolas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Embora a maioria (13 entrevistados) tenha sido qualificada durante a carreira para as atividades nas escolas com os cursos de Policiamento Comunitário Escolar, Supervisão Militar Educacional e o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), a questão da “*formação*” esteve em evidência na

percepção dos policiais militares durante a tratativa sobre a capacitação policial para atuar no ambiente escolar. Segundo os policiais o trabalho nas escolas não é favorecido por uma da “*formação*” inicial, especializada, continuada e obediente às peculiaridades exigidas pelo espaço escolar, como enunciam trechos de alguns entrevistados: “*a gente aprende tudo na rua, a ser policial na rua, na prática, e o policiamento escolar não é diferente, na formação é tudo zerado, tudo superficial, ai quando a gente vem para uma unidade especializada, a gente tem que trabalhar em cima disso*” (P4, 2019); “*deveria ter algo específico no curso de formação, deveria ter algo específico para questão da abordagem, criança, adolescente, por que nós tivemos aquela geral, técnica de abordagem, não aborda essas situações específicas*” (P12, 2019).

O alcance para uma polícia cidadã numa sociedade democrática começa pela formação acadêmica multidisciplinar estruturada dentro por um currículo transversal, pois não basta o policial somente entender o seu papel institucional, faz-se imprescindível que sua formação seja adequada à realidade exigida por seu ambiente de trabalho. Portanto, pela essência que o ambiente escolar representa à sociedade, as atividades policiares para que sejam realizadas com autonomia e segurança, principalmente com o público juvenil, devem estar alicerçadas por conhecimentos e habilidades relacionados ao campo pedagogia (Bengochea *et al.*, 2004; Cezário, 2009).

Pela Figura 3, as palavras “*problema*” ( $f=22$ ), “*diretora*” ( $f=12$ ), “*alunos*” ( $f=11$ ), “*ocorrência*” ( $f=11$ ), “*dificuldade*” ( $f=11$ ), “*trabalho*” ( $f=10$ ) estiveram como as mais corriqueiras e pertinentes do momento em que os policiais militares discerniram sobre as **Formas de Atuações** do policiamento dentro das escolas públicas.

**Figura 3** - Nuvem de palavras dos termos mais incidentes da percepção dos policiais militares da PMPA acerca das formas de atuar do policiamento escolar dentro das escolas públicas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Notou-se que os policiais militares não destacaram de maneira clara e específica as formas de atuações ou atendimentos do policiamento, a prioridade em suas falas, entretanto, esteve direcionada aos “*problemas*”, principalmente com a direção escolar.

A relação conflitante com a administração das escolas públicas, de acordo com os policiais, é motivada pelas constantes solicitações recebidas para atendimento de “*ocorrências*” que estão fora de suas atribuições. Fato que demonstra, ainda segundo a percepção dos policiais, falta de conhecimento por parte da comunidade escolar a respeito do verdadeiro papel e das formas de atuações policiais no espaço estudantil, conforme enunciam os seguintes trechos das entrevistas: “*a gente encontra muito esse problema de gestão fraca na escola*” (P6, 2019); “*vezes é, não é um problema assim grande, assim entendeu gestão fraca na escola*” (P10,2019); “*outro problema também passar o para gente o problema, praticamente quem despacha a gente*” (P12, 2019).

Para este cenário conflituoso, Lamosa e Guimarães (2016) declaram que as solicitações por parte direção escolar para intervenção em questões administrativas ocorrem pela ausência de esclarecimento sobre a função do policial dentro das escolas públicas, que por vez se confunde com a de um pedagogo, guarda patrimonial e até mesmo com a de um inspetor escolar.

Contudo, a falta de clareza sobre atribuições funcionais não é o único motivo das relações conflituosas entre direção escolar e policiais militares. As imprecisões conceituais que permitam diferenciar atos violência de condutas de incivilidade, também colaboram para avultar tais conflitos e conduzem o policiamento escolar para administrar comportamentos disciplinares de responsabilidades diretas da administração ou da coordenação escolar (Krawczun; Platt, 2015).

#### **4. Considerações Finais**

Portanto, os policiais militares compreendem que o papel do policiamento dentro das escolas públicas tem um caráter preventivo e de aproximação, principalmente com público infanto-juvenil. Porém, o policiamento no espaço interno das escolas públicas necessita que suas formas de atuações estejam mais claras no sentido de não confundir com as atribuições funcionais da direção e dos professores.

A formação policial para as atividades funcionais dentro das escolas públicas ainda é escassa e insuficiente para alcançar resultados relevantes à segurança. Assim, um tipo de policiamento que tem a escola pública como foco de atuação, obrigatoriamente é recomendado que seus profissionais sejam capacitados de forma continuada por meio de uma matriz multidisciplinar, observando a realidade e as especificidades do espaço escolar.

## 5. Referências

- Abramovay, M. *et al.* (2016). Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens. FLACSO–Brasil, MEC.
- Bardin, L. (1977). *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France.
- Bengochea, J. L. P. *et al.* (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131.
- Bento, A. de C. (2017). O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. *Etnográfica*. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 21, n. 2, p. 319-339.
- Carvalho, A. A. X. de. (2016). *School Round for beyond of the walls: perceptions, practicces, possibilities and different meanings*. 117 f. Dissertation (Master) –Administration School, Federal University of Bahia, Salvador, 2016
- Cardozo, I. C; Nogueira, C. R. D. (2019). Avaliação do programa educacional de resistência as drogas e a violência (PROERD) no município de São Borja/Evaluation of the educational program of resistance to drugs and violence (PROERD) in the municipality of São Borja. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7867-7885.
- Cezário, K. de F. S. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP)-um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. *Revista brasileira de segurança pública*, v. 3, n. 4, p. 56-71.
- Demetrio, A. J., Viana, G, Hoeflich, V. A. (2013). Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*-ISSN 2177-4153, v. 11, n. 2, p. 51-65.
- Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Plageder.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora, Atlas AS.
- Javornik, A. (2010). *A Educação e as ações de combate à violência escolar implantadas pelo Governo do Estado do Paraná*.
- Krawczun, N. B. L., Platt, A. D. (2015). Violência e indisciplina na escola: um cotejo necessário. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 10, n. 2, p. 481-503.
- Lamosa, R. de A. C.; Guimarães, P. C. P. (2016). Polícia militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v.20, n.3, p. 623-642.
- Lima, R. S. *et al.* (2017). *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Pará. (2014). *Diretriz de Emprego Operacional N° 001/2014*. Polícia Militar do Pará. Belém.
- Pará. (2016). *Decreto N° 1.625, de 18 de outubro de 2016*. Polícia Militar do Pará. Regulamenta a Lei Complementar N° 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar N° 093, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências. Publicado em *Boletim Geral N° 119*.
- Pará. (2017). *Instrução Normativa N° 002/2017* Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos. Polícia Militar do Pará. Grupamento de Proteção Ativa. Publicada no *Boletim Geral N° 172*, de 11 de setembro.
- Pará. (2018). *Acordo de Cooperação Técnica N° 011/2019*. Polícia Militar do Pará. Projeto de Supervisão Militar Educacional. Publicada no *Boletim Geral N° 142*, de 09 de agosto.

Pinheiro, V. L., Lucena, C. A. (2014). As escolas públicas de educação básica do estado de Goiás e a gestão da Polícia Militar. IN: ANAIS DA XII JORNADA DO HISTEDBR e X SEMINÁRIO DEZEMBRO, p. 543-556.

Prodanov, C. C., Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2.ed; Editora Feevale

Trivinos, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas.

## ARTIGO CIENTÍFICO 2

### Avaliação do policiamento de supervisão militar da Polícia Militar do Pará

Hélio P. de Moraes <sup>a</sup> e Clay A. N. Chagas <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Instituto de Ciências Humana, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil  
hp.moraes@hotmail.com / +55 91 998284647

<sup>b</sup> Instituto de Ciências Humana, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil  
claychagas@ufpa.br / +55 91 981147082

#### RESUMO

A pesquisa consistiu em conferir a percepção dos professores e alunos de escolas públicas sobre o papel, capacitação profissional e as formas de atuações do policiamento intraescolar. Assim, por meio de técnicas qualitativas, foram analisadas as entrevistas de docentes e discentes de uma escola pública da cidade de Marabá-Pará que convive diariamente com o policiamento escolar de supervisão militar. O papel do policiamento foi avaliado como importante em razão ter entre seus atributos a questão disciplinar, gerenciado por policiais militares preparados, segundo apreciação de professores e alunos. Portanto, a supervisão militar mostra-se como um tipo de policiamento essencial para a segurança da comunidade escolar e que deve ser expandida para as demais unidades da Polícia Militar do Pará.

**Palavras-chave:** Alunos; Atuação; Capacitação; Papel; Professores.

#### 1. Introdução

Apesar de ser uma exceção na rotina das escolas públicas brasileiras, a violência tem gerado aflição na sociedade e preocupação aos órgãos de segurança pública pela variedade de como tem se apresentado dentro do espaço escolar (Charlot, 2002).

Pesquisas recentes, como de Abromovay *et al.* (2016) e Lima *et al.* (2017), ratificam esta diversidade angustiante mostrando que as agressões físicas ou verbais, brigas, xingamentos, roubos e furtos, pichações, ameaças, *bullying* e *cyberbullying* foram os atos de violência mais comuns dentro das públicas brasileiras segundo constatação de professores e alunos. Especificamente no estado do Pará, o Sistema de Informação de Segurança Pública do Pará (SISP-PA), embora não particularize o local exato das ocorrências escolares (interno ou externo), mostra que os crimes

de furto, lesão corporal e ameaças estiveram também como os mais registrados pelos estabelecimentos de ensino do Pará durante os anos de 2017 e 2018 (Pará, 2019).

Com o propósito de proteger as escolas deste cenário de feridade, uma das alternativas encontrada pela Polícia Militar do Pará (PMPA) foi a celebração do acordo de cooperação técnica com a Prefeitura Municipal de Marabá, no estado do Pará, para a realização do Regime de Supervisão Militar na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins, entretanto, sem que haja interferências nas diretrizes e políticas pedagógicas já existente na escola (Pará, 2018).

O projeto de segurança tem como objetivo disciplinar, orientar e promover valores cívicos, éticos e morais como a perspectiva de alcançar o bem-estar dos alunos no seio educacional, familiar e social. As atividades de supervisão são realizadas permanentemente no interior da escola por policiais militares do 4º batalhão da Polícia Militar do Pará da Cidade de Marabá-PA preparados no Curso de Supervisão Militar Educacional para estarem aptos tecnicamente no trato com o público juvenil (Pará, 2019).

Porém, alguns estudos como de Cardoso *et al.* (2013) e Lamosa e Guimarães (2016) definem a escola como um espaço enigmático, de relações conflitantes e distinto do ambiente rotineiro de trabalho para qual o policial foi formado, e por isso argumentam que o papel do policiamento no espaço escolar deve ser diferenciado, bem definido e claro, ao passo de não gerar dúvidas concernentes às atribuições funcionais e, conseqüentemente, conflitos com os profissionais da rede de ensino.

Dessa forma, aliado ao fato da Supervisão Militar ser uma prática nova realizada pela Polícia Militar do Pará no campo da segurança escolar, é pertinente conferir como os professores e alunos percebem este tipo de policiamento escolar quanto ao seu papel, capacitação profissional e formas de atuações intraescolar.

## **2. Materiais e Métodos**

A presente pesquisa campo teve uma abordagem qualitativa por meio de procedimentos exploratórios e descritivos, que, por conveniência e disponibilidade contou com a participação de 14 alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, na faixa etária de 12 a 17 anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins. Participaram ainda 6 docentes da mesma escola, licenciados nas áreas de letras, geografia, ciências biológicas e filosofia. A quantidade diferenciada entre os grupos de participantes se deu em razão da pesquisa não possuir um escopo comparativo (Driessnack *et al.*, 2007; Gil, 2008).

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista coletiva, onde cada grupo de participantes (professores e alunos) foram conduzidos para uma sala neutra e separadamente responderam perguntas atinentes ao papel do policiamento de supervisão militar, a capacitação profissional e as formas de atuação dentro do ambiente escolar. A condução da pesquisa devidamente autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos sob parecer substanciado N° 3.660.562, respeitou os protocolos da resolução do Conselho Nacional de Saúde N° 466/2012 (Trivinos, 1987; Gil, 2008).

Os dados das entrevistas foram examinados de acordo com as técnicas e procedimentos de Análise de Conteúdo, conferindo a frequência de palavras dentro do corpus textual das entrevistas com o auxílio do *software* NVIVO 10 (Bardin, 1977).

### 3. Resultados e Discussões

A partir do corte de 6 ou mais caracteres de extensão dos vocábulos contidos nas entrevistas, assim como pela exclusão de palavras associadas diretamente às perguntas das entrevistas, foram evidenciados os termos mais frequentes, significativos e relevantes quanto a avaliação dos alunos e professores acerca do papel, capacitação profissional e formas de atuação do policiamento dentro do espaço escolar.

Assim, pela Tabela 1 são vistos os termos mais frequentes e relevantes, de acordo com o conteúdo das entrevistas, quanto a percepção dos professores e alunos acerca do **Papel do Policiamento** dentro do espaço escolar.

**Tabela 1** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará acerca do papel do policiamento dentro do espaço escolar.

Professores		Alunos	
Termos	frequência (f)	Termos	frequência (f)
Alunos	20	Disciplina	8
Professor	19	Antigamente	7
Respeito	10	Segurança	7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Identificou-se que o termo “*alunos*” foi o mais evidenciado pelos docentes ao descreveram suas percepções acerca do papel do policiamento escolar. A função policial tem relação direta na questão comportamental dos “*alunos*”, principalmente no que compete a falta de “*respeito*” aos “*professores*”, conforme narrativas contidas nos seguintes trechos de alguns professores: “*quando eu cheguei aqui, eu via os alunos muito indisciplinados, não tinham aquele respeito que eu tinha quando eu estudava com os professores, foi difícil, digamos assim, dar aula*” (PP4, 2019); “*A realidade deles a gente verifica que os alunos não têm limites, eles não sabem ter o respeito, eles não sabem a maneira*

*de se portar. A maior parte deles, davam trabalho, principalmente na questão indisciplina e hoje a gente está vivendo transição” (PP5, 2019).*

A palavra “*disciplina*” foi destacada pelos alunos do momento em que externaram suas percepções a respeito da função policial no espaço intraescolar. O termo foi contextualizado como medida importante para o controle e correção de comportamentos considerados impróprios, principalmente praticados por alunos, como bem discorrem os trechos a seguir: *“Pra mim, na minha opinião, além da disciplina que eles trazem, eles também ajudam a preservar o real objetivo escolar que é o estudo, antigamente não tinham só alunos que queriam estudar, tinha muito aluno que não queria nada com nada aqui, a partir do momento que se torna um colégio militar, eles puxam só os alunos que estão aqui para estudar” (PA1, 2019); “porque aqui era uma zona de risco, aqui ficaram mais calmo, as pessoas passaram a sentir mais segura, por conta da escola militar, os militares aqui. Também ajuda na disciplina dos alunos por conta que era um lugar com pouca disciplina, era um lugar muito bagunçado e se tornou mais organizado” (PA8, 2019).*

Projetos de caráter socioeducativo que integralizem membros da comunidade escolar, a exemplo das atividades do policiamento escolar de Supervisão Militar, são apreciados positivamente por professores. Pois, medidas de prevenção que estimulam a cidadania e o respeito representam, verdadeiramente, o papel do policiamento, que por vez deve se fazer presente no ambiente intraescolar independente dos chamados emergenciais e dos índices de ocorrências registrados (Carvalho, 2016; Lima; Nascimento, 2018).

No entanto, o medo e a desconfiança quanto a presença policial na escola é comum entre os alunos, devido ao imaginário popular ainda divulgado e estereotipada da polícia como órgão puramente repressivo. Porém, independentemente deste paradigma, a participação policial no convívio escolar tem grande importância tanto para garantir a segurança quanto para disciplinar a comunidade juvenil, muito embora os conflitos administrativos disciplinares sejam de responsabilidade da direção da escola (Carvalho, 2016; Lamosa; Guimarães, 2016; Costa, 2017).

A Tabela 2 mostra as palavras mais citadas pelos professores e alunos no conteúdo das entrevistas quando foram indagados sobre suas percepções acerca da **Capacitação Profissional** do policial no espaço escolar.

**Tabela 2** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará sobre a capacitação policial para atuar dentro do espaço escolar.

Professores		Alunos	
Termos	frequência (f)	Termos	frequência (f)
Professor	16	Preparados	12
Alunos	11	Pessoas	9
Respeito	8	Educação	7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Verificou-se que os termos “*professor*” e “*alunos*” foram os mais frequentes na fala dos professores quando discorreram a respeito da capacitação dos policiais da Supervisão Militar. Os docentes ressaltaram que a capacitação profissional nas práticas intraescolares são avaliadas tomando por base as relações dos policiais militares com os “*professores*” e “*alunos*”, conforme discorrem as seguintes frases das entrevistas: “*Eu acredito que é uma troca de aprendizado, tanto do professor com o policial militar, como do policial militar com o professor, porque a sala de aula ela é uma realidade diferente do que a gente vê na universidade, daquilo que passam pra gente, a sala de aula é uma tarefa árdua, a gente está lidando com pessoas, muitas delas tem múltiplas situações*” (PP2, 2019); “*eu acho que essa proximidade do policial com o professor a gente está vendo essa parte mais humana, mais pedagógica e está dando certa essa parceria eu acho que o que só precisa afinar é a questão da comunicação*” (PP4, 2019); “*como eu falei, preparado acho totalmente que ninguém vai estar, numa escola pra se preparar com alunos, porque eles dão trabalho, tem alguns policiais que já são, mais tranquilos, tem alguns que já são mais na deles, puxa mais a orelha deles, tem uma postura um pouco mais rígida com eles, é isso aí acho que vai ser com o tempo*” (PP5, 2019); “*a grande maioria dos policiais está sabendo lidar com os alunos de uma forma bem mais relevante*” (PP6, 2019).

As palavras “*preparados*” e “*pessoas*” estiveram como as mais corriqueiras durante a apreciação dos alunos referente a capacitação profissional dos policiais atuantes no espaço escolar. Os policiais da Supervisão Militar, segundo os alunos, possuem qualificações técnicas e estão preparados para o tratamento com as pessoas da comunidade escolar, como relatam nos seguintes trechos: “*eles também sabem muito bem se enturmar com os alunos, sabem chegar na sala de aula conversar, criar amizades com os alunos, creio eu que eles estão preparados para ensinar*” (PA9, 2019); “*E a gente pode ver que ele tem sim a preparação tanto como pessoas como profissionais, então eles estão sim preparados para lidar com a gente*” (PA13, 2019).

As ingerências de agentes externos, como no caso do policiamento escolar, sobretudo, quando tem como foco de trabalho os professores e alunos, inevitavelmente, necessitam de conhecimentos e atributos pedagógico seja para resolver problemas policiais ou conflitos interpessoais, o que é visto como uma forma de respeito as características peculiares da conjuntura escolar (Cezário, 2009; Bento, 2017).

Por isso Bengochea (2004) defende que uma polícia que busca preconizar o respeito em suas atividades, como se observa no policiamento escolar, precisa que seus profissionais possuam as seguintes qualificações: formação acadêmica em caráter multidisciplinar coerente com as pessoas e o ambiente de trabalho; perfil técnico adequado para o convívio escolar e aptidão e preparo para administrar conflitos sociais e interpessoais.

As avaliações dos professores e alunos quanto as **Formas de Atuações Policiais** dentro do espaço escolar são mostradas na Tabela 3, a qual indica as palavras mais frequentes e importantes descritas nas entrevistas.

**Tabela 3** - Termos mais frequentes da percepção de professores e alunos de Marabá-Pará sobre a forma de atuação do policiamento dentro do espaço escolar.

Professores		Alunos	
Termos	frequência (f)	Termos	frequência (f)
Ocorrência	13	<i>Bullying</i>	17
Alunos	10	Alunos	11
Conversam	5	Violência	5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A partir do termo “*conversam*” foi possível conferir que na avaliação dos professores acerca das formas de atuações dos policiais dentro do espaço escolar o diálogo possui grande relevância. A palavra foi conjecturada pelos professores como um dos principais métodos policiais para a resolução de conflitos e de “*ocorrências*”, especialmente envolvendo “*alunos*”, como se observa nas falas de alguns entrevistados: “*De ocorrência, eu presenciei poucas eu já presenciei uma ocorrência de bullying de um policial militar em uma ocorrência de roubo com os colegas, mas uma ocorrência de conflito dentro de sala de aula, quando eu não consigo resolver um conflito muito sério, de embate de alunos, de briga, eu recorro ao policiamento militar*” (PP3, 2019); “*Em todas as ocorrências que eu presenciei, o policial ele sempre soube administrar, verbalmente quando administrativamente, tem a questão do aluno, quando o caso ocorre, e registrado a ocorrência do aluno e depois todo o procedimento administrativo, e com relação a postura, eles orientam, conversam, eles tem a postura correta do aluno*” (PP6, 2019).

Para os alunos, o destaque na forma de atuação intraescolar dos policiais tem ligação com a prática de violência do “*bullying*”, ao passo de ser o termo mais corriqueiro no conteúdo das entrevistas. O “*bullying*” como destaque, denota ao policiamento de Supervisão Militar um caráter orientativo, como bem descreve o trecho: “*Então em caso que acontece muito em caso de bullying na escola como já aconteceu aqui, eles chamam ambas as partes pra tentar conversar e chegar num acordo, se caso não resolver aí eles já entregam pra uma parte superior, já não é na escola, vai ser resolvido na delegacia ou em outro lugar*” (PA13, 2019).

Pesquisas citam o diálogo como uma das práticas significantes para o sucesso do policiamento diante dos comportamentos inadequados dentro da escola, contudo devendo ser acompanhadas por dinâmicas pedagógicas advindas de uma formação qualificada e especializada do policial. A inclusão dessas novas áreas do conhecimento nos modelos de atuações policiais torna-se bastante relevante para casos de “*bullying*”, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que tem tido aceitação pela comunidade escolar como medida preventiva à violência (Santana; Gomes, 2010; Santana *et al.*, 2013; Demétrio *et al.*, 2013; Peres, 2016).

#### 4. Considerações Finais

Assim, o papel do policiamento escolar de Supervisão Militar, segundo professores e alunos, é apreciado como importante e essencial para a segurança intraescolar, colaborando para manter a disciplina e o respeito entre as pessoas que convivem diariamente no espaço da escola.

Os policiais militares são percebidos como profissionais preparados para o convívio e relações interpessoais com alunos e professores, capazes de equacionar os conflitos intraescolares por meio diálogos. No entanto, nota-se a necessidade de ações mais contundentes e específicas para coibir as práticas do bullying, apontados pelos alunos como o ato de violência mais frequente no espaço escolar.

Dessa forma, pelos predicados relevantes apontados por docentes e discentes, é adequado que a Polícia Militar do Pará possa expandir o policiamento escolar de Supervisão Militar para outras unidades policiais, observando as peculiaridades reservadas a cada ambiente escolar.

#### 5. Referências

- Abramovay, M., *et al.* (2016). Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens. FLACSO–Brasil, MEC.
- Bardin, L. (1977). *L'Analyse de contenu*. Editora: Presses Universitaires de France.
- Bengochea, J. L. P., *et al.* (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131.
- Bento, A. de C. (2017). O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 21, n. 2, p. 319-339.
- Cardoso, J. C., Gomes, C. A.C., Santana, E. U. (2013). Escola e polícia em três países: vinho novo em odres velhos ou a crise das instituições. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 21, n. 81, p. 685-710.
- Carvalho, A. A. X. de. (2016). School Round for beyond of the walls: perceptions, practicces, possibilities and different meanings. 117 f. Dissertation (Master) –Administration School, Federal University of Bahia, Salvador, 2016

Cezário, K. de F. S. (2009). Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP)-um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. *Revista brasileira de segurança pública*, v. 3, n. 4, p. 56-71.

Charlot, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v.4, n.8, p. 432-443.

Costa, L. D. (2017). Policiamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública*, v. 10, n. 1.

Demetrio, A. J., Viana, G, Hoeflich, V. A. (2013). Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*, v. 11, n. 2, p. 51-65.

Driessnack, M.; Sousa, V. D.; Mendes, I. A. C. (2007). Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: parte 2: desenhos de pesquisa qualitativa. *Revista Latino-americana de enfermagem*, v. 15, n. 4, p. 684-688

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas AS.

Lamosa, R. A. C., Guimarães, P. C. P. (2016). Polícia militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, v.20, n.3, p. 623-642

Lima, R. S. *et al.* (2017). *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Lima, R. B.; Nascimento, J. J. M. (2018). violência das/nas escolas e a ação da polícia militar: uma perspectiva de segurança pública com cidadania. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 5, n. 2.

Pará. (2018). Acordo de Cooperação Técnica Nº 011/2019. Polícia Militar do Pará. Projeto de Supervisão Militar Educacional. Publicada no Boletim Geral Nº 142, de 09 de agosto.

Pará. (2019). Ato da Diretoria de Ensino e Instrução-Plano de Curso. Polícia Militar do Pará. Curso de Supervisão Militar Educacional- DPCDH. Publicada no Boletim Geral Nº 155, de 29 de agosto.

Pará. (2019). **Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará**. Sistema de Informações de Segurança Pública. Belém, Pará.

Peres, L. A. F. R. (2016). Violência nas escolas públicas do bairro Jurunas. 2016. 67f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil.

Santana, E. M. U., Gomes, C. A. C. (2010). Polícia e escola: aparando arestas. **Revista Contrapontos**, v. 10, n. 2, p. 156-165.

Santana, E. M. U., Santana, L. A., Lima, D. A. (2013). Atuação do policial no combate à violência escolar. In: Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. p. 1-14.

Trivinos, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo : Atlas.

### **CAPITULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Demonstrou-se que a percepção dos policiais militares da Polícia Militar do Pará acerca do papel do policiamento dentro das escolas públicas é entendida como uma estratégia de segurança preventiva importante, principalmente direcionada ao público infanto-juvenil. Porém, evidenciam que há falta clareza a respeito do verdadeiro papel do policiamento e de seus limites de responsabilidade funcionais junto à comunidade escolar.

O resultado desta falta de nitidez funcional, inclusive, colocou a questão de relacionamento com a direção das escolas públicas como o maior problema vivenciado pelos policiais, uma vez que são solicitados constantemente para atendimento de ocorrências disciplinares que estão fora de suas atribuições institucionais.

A pesquisa se limitou às unidades ou grupamentos instituídos pela PMPA ao exercício de policiamento escolar como forma de alcançar com maior precisão o propósito da pesquisa. Porém não há impedimentos diante das prerrogativas de preservação da ordem pública para que policiais militares de outras unidades façam o atendimento dentro das escolas em casos emergenciais ou até mesmo preventivo.

Quanto a concepção dos professores e alunos sobre o policiamento escolar de supervisão militar da PMPA na cidade de Marabá, Estado do Pará, o trabalho intraescolar é vista positivamente, muito em razão da fiscalização disciplinar, das conversas e do respeito que os policiais militares exercem diante das condutas conflituosas ocorridas entre os membros da comunidade escolar.

Ressalta-se ainda, que as avaliações de professores e alunos foram unicamente sobre o trabalho do policiamento escolar da Supervisão Militar do 4º Batalhão da cidade de Marabá, o qual se dá de maneira fixa dentro da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Rio Tocantins. Portanto, esta avaliação não pode ser generalizada quanto ao papel, capacitação e formas de atuações as demais unidades responsáveis pela realização do policiamento nas escolas da Polícia Militar do Pará, a exemplo da Companhia Independente de Policiamento Escolar e os Grupamentos de Proteção Ativa, por terem atividades de segurança diferente da Supervisão Militar.

Portanto, sugere-se que o policiamento escolar da Polícia Militar do Pará seja expandido, fomentado e efetivado nos demais batalhões da corporação, fundamentado por diretrizes e práticas preventivas dentro do campo pedagógico, observando, sobretudo, os anseios, as peculiares e características sociais, regionais e culturais que envolvem os ambientes escolares públicos.

Contudo, pela complexidade envolto ao espaço da escola, exige-se que os policiais militares possuam qualificações específicas e continuadas, tendo início nos cursos de formação.

### **3.1. Recomendações para Trabalhos Futuros**

#### 3.1.1. Técnico-Institucional

- a) Normatizar o papel, atribuições e os procedimentos para os atendimentos escolares nas redes de ensino, sejam públicas ou privadas, estaduais ou municipais;
- b) Criar formulário de descrição de perfil profissional para o trabalho no policiamento escolar;
- c) Formatar a malha curricular dos cursos de formações policiais para a inserção de temáticas relativas ao policiamento escolar;
- d) Aperfeiçoar o Boletim de Atendimento Policial Militar para a inclusão de variáveis e categorias que contemplem informações sobre os procedimentos policiais nas escolas e as características da violência;
- f) Definir indicadores de produtividade e de impactos para o policiamento escolar.

#### 3.1.2. Acadêmicos

- a) Analisar e comparar a eficácia das unidades e grupamentos que realizam o policiamento escolar a partir de indicadores preestabelecidos;
- b) Comparar as percepções de policiais militares especializados ao atendimento escolar com a dos que trabalham em outras unidades da PMPA que também recebem as escolas sobre a efetividade do policiamento escolar;
- c) Verificar as principais mudanças ocorridas no espaço da escola como resultado do policiamento escolar.

## **PRODUTO DA PESQUISA**

### **Boletim de Atendimento Escolar: Breve Escopo**

A justificativa da elaboração do produto se deu pela ausência de variáveis que colaborassem para especificar o contexto da violência escolar e as formas de atuações policiais para seu enfrentamento e prevenção, tipo: natureza das ocorrências; motivos, local, pessoas envolvidas, encaminhamentos e formas de atuações. Outro argumento está alinhado com a falta de indicadores para avaliar a eficiência, eficácia e a efetividade de policiamento escolar para fins de aperfeiçoamento de processos e designação de indicadores de impactos.

Assim, houve utilidade de criar um boletim de registro de atendimento específico para as escolas que contou com o esforço de uma equipe de elaboradores pertencentes à Polícia Militar do Pará, Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania, Universidade Federal do Pará e Universidade Estadual do Pará.

O boletim será usado primeiramente apenas pelo Grupamento de Proteção Ativa do 2º Batalhão de Polícia Militar, que após o primeiro semestre, será analisado pela equipe de elaboração para fins de ajustes e discussões para ampliar às demais unidades da corporação especializadas ou não no atendimento escolar. Ao final de 2020, ocorrerá uma nova análise para a viabilidade de inserção variável reservada às escolas no boletim normatizado pela corporação para registros das ocorrências policiais.

A metodologia para aplicação do boletim se dará com início das aulas da rede pública estadual, porém antes os policiais militares serão esclarecidos sobre o preenchimento do boletim e material, também será apresentado aos diretores das escolas que estão localizadas na área de atuação do 2º Batalhão da PMPA.

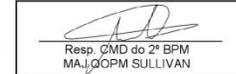
Dessa forma, se tem a expectativa de que o produto consiga colaborar para: mensurar as ações policiais, demonstrar o quadro de violência escolar, padronizar procedimentos e incentivar a criação de doutrinas. A seguir, mostra-se o Boletim de Atendimento Escolar, publicado pela PMPA.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ  
2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR- BATALHÃO TIRADENTES



**BOLETIM INTERNO SEMANAL Nº. 049**  
Belém – Pará  
DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019 (2ª A 6ª FEIRA)



Para conhecimento dos Oficiais e Praças do 2º BPM, publico o seguinte:

**I PARTE (Serviços Diários)**

(Sem Alteração)

**II PARTE (ENSINO E INSTRUÇÃO)**

**BOLETIM DE ATENDIMENTO ESCOLAR**

**1. Justificativa:**

A escola reconhecida como berço da produção de conhecimento, das interações sociais e do desenvolvimento de habilidades e do intelecto humano, vem atualmente perdendo esse conceito historicamente sustentado no seio da sociedade. Tudo isso, muito em decorrência dos atos de violência que tem ultrapassado os muros escolares. Uma conjuntura que tem gerado aflição na sociedade e preocupações para os órgãos de segurança pública, pois além de ultrapassar os limites físicos das escolas, a violência tem se apresentado de forma bastante variada, vitimando tanto docentes como alunos, conforme descreve os dados do Sistema de Informações de Segurança Pública.

**BOLETIM INTERNO Nº 049 – DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019**

Tabela - registros de delitos ocorridos em estabelecimentos de ensino, tendo como vítimas estudantes e professores - 2016 a 16/06/2019 - Estado do Pará.

Tipo de Vítima	REGISTRO	2017												Σ	2018												Σ	2019						Σ
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN*	
Estudante	Ameaça	0	0	1	5	4	3	0	6	6	5	6	4	40	1	0	3	8	6	4	0	4	3	2	12	2	45	2	1	2	0	0	0	5
	Assédio sexual	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3	0	0	1	1	1	0	0	1	2	1	0	7	0	0	0	0	0	0	0	
	Estelionato	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
	Estupro	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	4	0	0	0	0	0	2	1	0	1	1	0	5	0	0	0	0	0	0	2	
	Estupro de Vulnerável	0	0	0	0	2	1	0	2	0	0	2	0	7	0	0	2	3	3	1	0	0	0	2	3	0	14	0	0	0	0	0	0	1
	Furto	2	3	6	5	17	10	3	4	6	5	7	6	74	0	2	13	6	4	10	0	4	9	11	4	3	66	4	2	7	0	0	0	13
	Importunação Sexual	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	5	0	0	1	0	0	0	1
	Injúria	1	0	2	3	3	3	0	4	1	1	1	0	19	1	1	1	4	2	2	0	1	3	1	1	18	0	0	0	0	0	0	0	
	Lesão Corporal	3	2	3	8	10	11	0	6	4	4	11	4	66	0	5	9	13	10	5	2	3	9	7	10	4	77	3	4	5	0	0	0	12
	Maus Tratos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2	1	0	0	0	0	0	1	
	Roubo	2	0	2	1	1	2	2	4	3	5	2	1	25	0	0	2	6	6	5	6	2	4	3	0	0	34	1	0	2	0	0	0	3
	Tentativa de Estupro	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Tentativa de Estupro de Vulnerável	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Tentativa de Homicídio	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Vias de Fato	0	1	1	0	1	2	0	1	1	2	2	0	11	0	0	1	1	0	2	0	1	1	3	1	2	12	0	1	1	0	0	0	2
	<b>Total de Delitos</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>24</b>	<b>40</b>	<b>33</b>	<b>5</b>	<b>29</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>33</b>	<b>15</b>	<b>260</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>33</b>	<b>42</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>36</b>	<b>31</b>	<b>33</b>	<b>12</b>	<b>288</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>41</b>
Professor	Ameaça	8	0	4	2	6	11	0	3	7	9	7	3	60	0	3	5	8	10	10	1	7	9	4	13	7	77	2	6	9	0	1	0	18
	Assédio moral	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Assédio sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Consumo pessoal de drogas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Estelionato	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	4	0	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
	Estupro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Furto	6	3	5	13	14	8	5	11	14	10	6	6	101	4	3	12	11	10	6	2	7	8	18	11	5	97	6	7	6	0	0	0	19
	Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Importunação Sexual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0
	Injúria	3	4	4	2	3	3	0	2	4	6	3	3	37	0	0	2	3	7	2	0	1	2	4	3	2	26	0	2	1	0	0	0	3
	Lesão Corporal	1	0	0	0	1	1	0	0	1	2	2	1	9	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	3	1	2	1	0	0	4
	Roubo	5	2	3	2	4	4	1	4	6	4	10	1	46	1	2	3	2	4	2	0	4	1	0	5	3	27	1	2	1	0	0	0	4
	Tentativa de furto	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Tentativa de Homicídio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Tentativa de roubo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Vias de Fato	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	1	1	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total de Delitos</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>33</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>18</b>	<b>269</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>240</b>	<b>10</b>	<b>19</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>50</b>	

SIAC/DEAC/CoEst  
 Fonte: Sistema de Informação de Segurança Pública - SISP  
 obs: sujeito a alterações em face da possibilidade de registros efetivados após a data da pesquisa.  
 \*Dados coletados até 16/06/2019.  
 há registro

A Polícia Militar do Pará por intermédio de algumas equipes institucionalmente legitimadas- Companhia Independente de Policiamento Escolar, Grupamentos de Proteção Ativa e a Supervisão Militar do 4º Batalhão sediado na cidade de Marabá-PA- realiza o policiamento escolar com ações preventivas que visem coibir os atos de violência, como: visitas comunitárias de prevenção, visitas técnicas de segurança, reuniões comunitárias, Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência, dentre outros. Medidas policiais que necessitam ser registradas, controladas, associadas e mensuradas diante de indicadores de violência.

Dessa forma, faz-se necessário a criação de um boletim de atendimento específico com a perspectiva de avaliar o desempenho do policiamento frente a seu propósito de segurança escolar, haja vista que o boletim de atendimento policial atualmente utilizado pela PMPA não possui categorias ou variáveis que particularizem os fatos relacionados às escolas.

## 2. Objetivo Geral:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ / 2º BPM




---

**BOLETIM INTERNO Nº 049 – DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019**

- ✓ Criar um boletim de atendimento específico para mensurar os registros policiais nas escolas.

**3. Objetivos Específicos:**

- ✓ Controlar os registros de atendimentos escolares;
- ✓ Qualificar a natureza das ocorrências para encaminhamentos aos órgãos competentes;
- ✓ Especificar as ações policiais nas escolas;
- ✓ Identificar com precisão o público atendido;
- ✓ Mostrar os resultados imediatos de cada atendimento escolar.

**4. Benefícios:**

- ✓ Mensuração das ações policiais;
- ✓ Demonstração do quadro de violência escolar;
- ✓ Padronização de procedimentos;
- ✓ Incentivo para criação de doutrinas e normas;
- ✓ Estimulo para definição de perfil policial para o atendimento escolar.

**5. Metodologia de criação do Boletim de Atendimento Escolar**

Foram convidados professores e alunos do Mestrado em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará; Oficiais do Estado Maior Geral da Polícia Militar do Pará; oficiais do 2º Batalhão da Polícia Militar do Pará; servidores da Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania para debates sobre o policiamento escolar dentro de um contexto de violência. Para tanto foram reunidos, para fins de análise e discussões, documentos atuais que de certa maneira pudessem colaborar para retratar os atendimentos policiais nas escolas, como: boletins de atendimento policial militar (BAPM), registros particulares do 2º BPM, dados e estudos atuais sobre a violência escolar, bem como os resultados da dissertação.

Assim, após 3 reuniões com os membros participantes, foram registrados as necessidades e carências que de alguma forma influenciam nos diagnósticos e nas avaliações do cenário escolar. Situação que culminou com a elaboração de um boletim específico de atendimento para as escolas, com categorias e variáveis relevantes para os planejamentos técnicos-operacionais, estudos acadêmicos e para o acompanhamento histórico.



---

**BOLETIM INTERNO Nº 049 – DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019**

---

**6. Execução**

Após a confecção e publicação do boletim de atendimento escolar, os policiais militares do 2º BPM serão treinados para fins de preenchimento, controle, monitoramento e análise dos dados registrados. Em seguida, o documento será apresentado à direção das escolas públicas estaduais e municipais e das redes particulares localizadas na circunscrição operacional do batalhão.

A efetivação do boletim se dará com o início do ano letivo de 2020 das escolas públicas estaduais, com avaliação por parte dos membros participantes no final do primeiro semestre. Com os devidos aperfeiçoamentos, o boletim será levado para apreciação do Chefe do Estado Maior Geral da PMPA para as providências que julgar cabíveis, com a chance de alcançar em 2021 as demais unidades que executam o policiamento escolar.

**7. EQUIPE DE PESQUISA:**

**Ed-Lin** Anselmo de Lima – Ten Cel

**Allan** Sullivan Dias de Souza – Maj

Patricia **Ellen** Marques de Queiroz Batalha – 2º Ten

Clay Anderson Nunes Chagas

Hélio Paixão de Moraes

Flávia Renata Rodrigues Leal

Artur Magno de Carvalho

Emmanuelle Pantoja silva

BOLETIM INTERNO Nº 049 – DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019

8. ANEXO:



**BOLETIM DE ATENDIMENTO ESCOLAR**



MISSÃ Nº

BOPM Nº

**DA ORIGEM**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Hora: \_\_\_\_/\_\_\_\_

SOLICITANTE/REQUERENTE:  CIOP  ESCOLA  CIDADÃO  PRÓPRIA UNIDADE  OUTROS

**DO SERVIÇO**

ATUAÇÃO:  PRONTO-ATENDIMENTO  PREVENTIVA

ATIVIDADE POLICIAL: \_\_\_\_\_

POLICIAIS ATUANTES: \_\_\_\_\_

**DO FATO**

NATUREZA: \_\_\_\_\_

ESTADO/SITUAÇÃO:  COMETIDO/CONSUMADO  TENTADO  RISCO POTENCIAL/TEMERÁRIO

ESCOLA: \_\_\_\_\_

REDE:  PÚBLICA ESTADUAL  PÚBLICA MUNICIPAL  PRIVADA

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_

LOCAL DO FATO:  AMBIENTE INTERNO  AMBIENTE EXTERNO

**DOS AUTORES**

ALUNOS  PROFESSOR  DIRETOR/COORDENADOR  DEMAIS FUNCIONÁRIOS

ESTRANHO À ESCOLA  NÃO HOUVE AUTORES

NOME: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_


**DAS VÍTIMAS**

- ALUNOS    PROFESSOR    DIRETOR / COORDENADOR    DEMAIS FUNCIONARIOS  
 ESTRANHOÀ ESCOLA    NÃO HOUVE VITIMAS

NOME: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_

**DAS TESTEMUNHAS**

NOME: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

IDADE: \_\_\_\_\_

SEXO: \_\_\_\_\_

ENDEÇO: \_\_\_\_\_

CONTATO: \_\_\_\_\_

**DO PÚBLICO ATENDIDO**

- ALUNOS    PROFESSORES    DIREÇÃO    DEMAIS FUNCIONÁRIOS  
 PAIS    OUTROS: \_\_\_\_\_

**DAS APREENSÕES**

OBJETO (DESCRIÇÃO): \_\_\_\_\_

QUANTIDADE: \_\_\_\_\_

BOLETIM INTERNO Nº 049 – DE 09 A 13 DE DEZEMBRO DE 2019

### DO RESULTADO

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> ENCAMINHAMENTO À DELEGACIA       | <input type="checkbox"/> ENCAMINHAMENTO AO CONSELHO TUTELAR |
| <input type="checkbox"/> ENCAMINHAMENTO À DIREÇÃO ESCOLAR | <input type="checkbox"/> RESOLVIDO PELA GUARNIÇÃO NO LOCAL  |
| <input type="checkbox"/> ORIENTAÇÃO/INSTRUÇÃO/ENSINO      | <input type="checkbox"/> AVERIGUAÇÃO/FISCALIZAÇÃO           |
| <input type="checkbox"/> OUTROS (ESPECIFICAR) _____       |   |

### III PARTE (ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS)

#### I. ASSUNTOS GERAIS:

- a) ALTERAÇÃO DE OFICIAIS: (Sem Alteração)
- b) ALTERAÇÃO DE PRAÇAS ESPECIAIS: (Sem Alteração)
- c) ALTERAÇÃO DE PRAÇAS: (Sem Alteração)
- d) ALTERAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS CIVIS: (Sem Alteração)

#### II. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS:

- ATO DO COMANDANTE GERAL DA PMPA - (Sem Alteração)
- ATO DO CHEFE DO ESTADO MAIOR GERAL DA PMPA - (Sem Alteração)
- ATO DO DIRETOR DE PESSOAL DA PMPA - (Sem Alteração)

### IV PARTE (Justiça e Disciplina)

(Sem Alteração)

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Quartel em Belém (PA), 13 de dezembro de 2019



ALLAN SULLIVAN DIAS DE SOUZA – MAJ QOPM RG 33538  
Respondendo Comando do 2º BPM

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violência nas escolas: versão resumida. In: **Violência nas escolas: versão resumida**. Unesco, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam *et al.* Diagnóstico participativo das violências nas escolas: falam os jovens. **FLACSO–Brasil, MEC**, 2016.

BARDIN, Laurence. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz *et al.* A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BENTO, Afonso de Castro. O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 319-339, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988.4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013

CARBONARI, Flavia; *et al.* Uma perspectiva multilateral para a prevenção da violência na América Latina. **Rev. bras. segur. Pública**, São Paulo v. 10, n. 2, 58-70, Ago/Set 2016.

CARDOSO, João Casqueira; GOMES, Candido Alberto da Costa; SANTANA, Edna Ugolini. Escola e polícia em três países: vinho novo em odres velhos ou a crise das instituições. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 21, n. 81, p. 685-710, 2013

CARDOZO, Isaac Carmo; NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Avaliação do programa educacional de resistência as drogas e a violência (PROERD) no município de São Borja/Evaluation of the educational program of resistance to drugs and violence (PROERD) in the municipality of São Borja. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 7867-7885, 2019

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto contexto enferm**, v. 15, n. 4, p. 679-84, Florianópolis: 2006.

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de. **School Round for beyond of the walls: perceptions, practices, possibilities and different meanings.** 117 f. il. 2016. Dissertation (Master) – Administration School, Federal University of Bahia, Salvador, 2016

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014

CEZÁRIO, Kelly de Freitas Souza. Os jovens em Portugal e a Polícia de Segurança Pública (PSP)-um policiamento orientado para a cidadania: o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 3, n. 4, p. 56-71, 2009.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v.4, n.8, p. 432-443, 2002.

COSTA, Leon Denis. Policiamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, 2017.

DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas escolas e políticas públicas.** Brasília: Unesco, 268p., 2002.

DEMETRIO, Antonio Joel; VIANA, Giomar; HOEFLICH, Vitor Afonso. Um Estudo Sobre o Nível de Eficiência do Programa Educacional de Resistência às Drogas-PROERD. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**, v. 11, n. 2, p. 51-65, 2013.

DRIESSNACK, Martha; SOUSA, Valmi D.; MENDES, Isabel Amélia Costa. Revisão dos desenhos de pesquisa relevantes para enfermagem: parte 2: desenhos de pesquisa qualitativa. **Revista Latino-americana de enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 684-688, 2007.

FRANÇA, Raimundo R S. **Percepção da violência escolar: Atuação do gestor público e privado.** Belém, 2016. 65 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública - PPGSP, Universidade Federal do Pará, 2016.

FREITAS, Lauro Soares *et al.* Análise da aplicação do método desdobramento da função qualidade “QFD” em serviços preventivos de polícia. **Revista Produção Online**, v. 15, n. 1, p. 243-275, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Plageder, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOMES, Rosilene Maria Lopes. **Violência física e verbal contra docentes nas escolas da rede pública no estado do Amapá nos anos de 2017 e 2018.** 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em

Segurança Pública) Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil, 2019

JAVORNIK, Aline. **A Educação e as ações de combate à violência escolar implantadas pelo Governo do Estado do Paraná.** 2010

KRAWCZUN, Natália Branco Lopes; PLATT, Adreana Dulcina. Violência e indisciplina na escola: um cotejo necessário. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 481-503, 2015

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Polícia militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.20, n.3, p. 623-642, 2016.

LIMA, Renato Sergio *et al.* 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. **São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2017.

LIMA, Rita de Cássia Pereira; SANTOS, Ivan Soares. Representações sociais e práticas em escolas do ensino fundamental: efeitos de unidades de polícia pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. **Psicologia e Saber Social**, v. 6, n. 1, p. 67-86, 2017.

LIMA, Reginâmio Bonifácio; NASCIMENTO, João José Marques. violência das/nas escolas e a ação da polícia militar: uma perspectiva de segurança pública com cidadania. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 5, n. 2, 2018

MILÉO, Silvia Regina Messias Klautau. **Violência nas escolas de Belém: os casos registrados pela Polícia Militar e pelo Ministério Público.** 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.15, n.31, p. 249-264, jul./dez. 2013.

MIRA, Luciane Oliveira; PAULY, Evaldo Luis. As possibilidades de redução da violência escolar: Sistema de Registro de Situações de Violências nas Escolas de Canoas (RS). **Rev. bras. segur. Pública**, São Paulo v. 9, n. 2, 198-216, Ago/Set 2015.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violence in schools: identifying clues for prevention. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 7, n. 13, p. 119-134, 2003.

PARÁ. **Diretriz de Emprego Operacional N° 001/2014.** Polícia Militar do Pará. Belém, 2014

PARÁ. **Boletim de Atendimento Policial.** Polícia Militar do Pará. Portaria N° 001/2015 – PM/3, de 08 de maio de 2015 – Estado Maior Geral /PMPA- Institui o Boletim de Atendimento Policial Militar. Publicada no Boletim Geral N° 104, de 10 de junho de 2014.

**PARÁ. Decreto N° 1.625, de 18 de outubro de 2016.** Polícia Militar do Pará. Regulamenta a Lei Complementar N° 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar N° 093, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências. Publicado em Boletim Geral N° 119, de 19 de outubro de 2016.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução-Plano de Curso . Polícia Militar do Pará. I** Curso de Policiamento Comunitário Escolar- CIPOE/2017. Publicada no Boletim Geral N° 103, de 31 de maio de 2017.

**PARÁ. Instrução Normativa N° 002/2017 Diretoria de Policia Comunitária e Direitos Humanos.** Polícia Militar do Pará. Grupamento de Proteção Ativa. Publicada no Boletim Geral N° 172, de 11 de setembro de 2017.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução. Polícia Militar do Pará.** Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Oficiais PM /2017-Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças PM/2017. Publicada no Boletim Geral N° 196, de 18 de outubro de 2017.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução-Plano de Curso .** Polícia Militar do Pará. II Curso de Policiamento Comunitário Escolar- CIPOE/2018. Publicada no Boletim Geral N° 023, de 01 de fevereiro de 2018.

**PARÁ. Diretriz /Aprovação. Polícia Militar do Pará.** Diretriz N° 006/2018– Estado Maior Geral /PMPA- Controle de produtividade e política de valorização e reconhecimento. Publicada no Boletim Geral N° 056, de 23 de março de 2018

**PARÁ. Acordo de Cooperação Técnica N° 011/2019. Polícia Militar do Pará.** Projeto de Supervisão Militar Educacional. Publicada no Boletim Geral N° 142, de 09 de agosto de 2018.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução. Polícia Militar do Pará.** Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças PM/2018. Publicada no Boletim Geral N° 150, de 22 de agosto de 2018.

**PARÁ. Acordo de Cooperação Técnica N° 004/2019.** Polícia Militar do Pará. Projeto de Supervisão Militar Educacional. Publicada no Boletim Geral N° 060, de 28 de março de 2019.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução-Plano de Curso.** Polícia Militar do Pará. Capacitação para Grupamento de Polícia Ativa/1ª Edição- DPCDH. Publicada no Boletim Geral N° 100, de 27 de maio de 2019.

**PARÁ. Ato da Diretoria de Ensino e Instrução-Plano de Curso.** Polícia Militar do Pará. Curso de Supervisão Militar Educacional- DPCDH. Publicada no Boletim Geral N° 155, de 29 de agosto de 2019.

**PARÁ. Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.** Sistema de Informações de Segurança Pública. Belém, Pará, 2019.

PERES, Rildo Goulart. Violência no contexto da escola. **Eventos Pedagógicos**, v. 7, n. 2, p. 963-976, 2016.

PERES, Luana Andressa Freitas Ribeiro. **Violência nas escolas públicas do bairro Jurunas**. 2016. 67f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2016.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PINHEIRO, Vera Lúcia; LUCENA, Carlos Alberto. As escolas públicas de educação básica do estado de Goiás e a gestão da Polícia Militar. In: **Anais da XII Jornada do Histedbr e X Seminário Dezembro**, p. 543-556, 2014.

PMMA. **Polícia Militar do Maranhão realiza solenidade de inauguração da sede do 1º batalhão escolar da polícia militar**. 2019. Disponível <https://pm.ssp.ma.gov.br/pmma-realiza-solenidade-de-inauguracao-da-sede-do-1o-batalhao-escolar-da-policia-militar/>. Acesso em 22 de novembro de 2019

PMMG. **Patrulha Escolar - Segurança e Cidadania**. 2010. Disponível: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/conteudo.action?conteudo=8552&tipoConteudo=noticia>. Acesso em 22 de novembro de 2019

PMSP. **Polícia Militar do estado de São Paulo. Programa de Policiamento Escolar Diretriz N° PM3-014/02/05**. 2015. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/283166605/POLICIAMENTO-ESCOLAR-RESUMO>. Acesso em 22 de novembro de 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Editora Feevale, 2013

RODRIGUES, Marlon Leal. Relato e questões de uma pesquisa: diagnóstico sobre o PROERD. **Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 2, n. 1, 2018.

SANTANA, Edna Miranda Ugolini; GOMES, Candido Alberto da Costa. Polícia e escola: aparando arestas. **Revista Contrapontos**, v. 10, n. 2, p. 156-165, 2010.

SANTANA, Edna Miranda Ugolini; SANTANA, Levy Aniceto-UCB; LIMA, Diogo Acioli-UCB. Atuação do policial no combate à violência escolar. In: **Congresso Nacional de Educação-Educere**. p. 1-14. 2013.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2017.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas, 1987.

VÓVIO, Claudia Lemos *et al.* Livros de ocorrência: violência e indisciplina em escolas de território vulnerável. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, p. 1-25, 2016.

## APÊNDICE 1



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Uma visão do Policiamento Escolar no interior das escolas públicas**” sob a responsabilidade de Hélio Paixão de Moraes, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, que terá como objetivo Analisar a percepção dos policiais militares e diretores escolares sobre o policiamento escolar enquanto modalidade de segurança no enfrentamento à violência dentro das escolas públicas, considerando a importância de investigar uma modalidade considerada nova perante os 200 anos da PMPA, e assim fazer uma avaliações acerca do policiamento escolar no seu campo de trabalho.

Ao participar desta pesquisa você estará respondendo por meio de um questionário perguntas de caráter geral e de cunho profissional como idade, sexo, tempo de serviço, qualificação profissional, grau de satisfação com o policiamento escolar, assim como perguntas instrumentalizadas por um roteiro de entrevista, a partir de questões relacionadas ao: papel e a importância do policiamento escolar no interior das escolas, as diferenças entre o policiamento de “rua” e o policiamento escolar, a qualificação policial para o ambiente escolar, os principais problemas escolares e as formas de atuação policial para resolvê-las. O tempo médio para aplicação do questionário e da entrevista é de 60 minutos.

Além disso, informamos que o tempo estimado para a realização da pesquisa é de 12 meses, sendo que o tempo de sua participação é restrita ao período de aplicação dos instrumentos. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o preenchimento do questionário, sem nenhum prejuízo ou penalidade.

Para riscos de qualquer eventualidade quanto a conflitos interpessoais e incidentes procedimentais, ambientais e de saúde, estará à disposição do participante de forma integral, imediata e gratuita uma equipe de amparo da Polícia Militar do Pará nas áreas de assistência, saúde, psicologia e serviços gerais. Como benefício ao participante, enviaremos ao **Comando de Policiamento Regional II** o trabalho de dissertação contendo todos os dados devidamente analisados, e que por sua natureza pública deverá ser acessado por todos os cidadãos.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e confidenciais, o nome do participante não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes, sendo os arquivos correspondentes apenas numerados aleatoriamente. Inclusive a identidade dos participantes será preservada em quaisquer palestra ou eventos em que vierem a ser apresentados os dados ou informações. Se houver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma cópia deste Termo com o mesmo teor. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores informações e esclarecimentos pode contatar o pesquisador envolvido pelo telefone 998284647 ou nos endereços institucional da Casa Militar do Governo do Estado do Pará ou pessoal sito ao Conjunto Cidade Nova 6 WE 70 nº 632, bairro do Coqueiro, Cidade de Ananindeua.

Convido você a tomar parte da pesquisa apresentada. Ressalto que em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper sua participação sem problema ou retaliação, solicita-se apenas que seja avisada sua desistência.

\_\_\_\_\_  
**Clay Anderson Nunes Chagas**  
Coordenador da pesquisa

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente, consentindo que os resultados do questionário sejam registrados e os dados utilizados para análise e discussões.

Marabá Pa \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) convidado(a)

## APÊNDICE 2



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

#### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Uma visão do Policiamento Escolar no interior das escolas públicas**” sob a responsabilidade de Hélio Paixão de Moraes, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, que terá como objetivo Analisar a percepção dos policiais militares e diretores escolares sobre o policiamento escolar enquanto modalidade de segurança no enfrentamento à violência dentro das escolas públicas, considerando a importância de investigar uma modalidade considerada nova perante os 200 anos da PMPA, e assim fazer uma avaliação acerca do policiamento escolar no seu campo de trabalho.

Ao participar desta pesquisa você estará respondendo por meio de um questionário perguntas de caráter geral e de cunho profissional como idade, sexo, tempo de serviço, qualificação profissional, grau de satisfação com o policiamento escolar, assim como perguntas instrumentalizadas por um roteiro de entrevista, a partir de questões relacionadas ao: papel e a importância do policiamento escolar no interior das escolas, as diferenças entre o policiamento de “rua” e o policiamento escolar, a qualificação policial para o ambiente escolar, os principais problemas escolares e as formas de atuação policial para resolvê-las. O tempo médio para aplicação do questionário e da entrevista é de 60 minutos.

Além disso, informamos que o tempo estimado para a realização da pesquisa é de 12 meses, sendo que o tempo de sua participação é restrita ao período de aplicação dos instrumentos. Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado o preenchimento do questionário, sem nenhum prejuízo ou penalidade.

Para riscos de qualquer eventualidade quanto a conflitos interpessoais e incidentes procedimentais, ambientais e de saúde, estará à disposição do participante de forma integral, imediata e gratuita uma equipe de amparo da Polícia Militar do Pará nas áreas de assistência, saúde, psicologia e serviços gerais. Como benefício ao participante, enviaremos à direção do Colégio Militar Rio Tocantins o trabalho de dissertação contendo todos os dados devidamente analisados, e que por sua natureza pública deverá ser acessado por todos os cidadãos.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e confidenciais, o nome do participante não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes, sendo os arquivos correspondentes apenas numerados aleatoriamente. Inclusive a identidade dos participantes será preservada em quaisquer palestra ou eventos em que vierem a ser apresentados os dados ou informações. Se houver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente da pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma cópia deste Termo com o mesmo teor. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores informações e esclarecimentos pode contatar o pesquisador envolvido pelo telefone 998284647 ou nos endereços institucional da Casa Militar do Governo do Estado do Pará ou pessoal sito ao Conjunto Cidade Nova 6 WE 70 nº 632, bairro do Coqueiro, Cidade de Ananindeua.

Convido você a tomar parte da pesquisa apresentada. Ressalto que em qualquer momento da pesquisa, será possível interromper sua participação sem problema ou retaliação, solicita-se apenas que seja avisada sua desistência.

---

**Clay Anderson Nunes Chagas**  
Coordenador da pesquisa

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente, consentindo que os resultados do questionário sejam registrados e os dados utilizados para análise e discussões.

Marabá Pa \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do(a) responsável pelo participante

**APENDICÊ 3**

Para uso do pesquisador



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“O Policiamento Escolar no interior das escolas públicas de Belém”**

**Versão elaborada por: Clay Anderson Nunes Chagas, Hélio Paixão de Moraes e Emmanuelle**

**Pantoja Silva**

**QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS POLICIAIS MILITARES**

**Aspectos Gerais**

Posto/Graduação atual: \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_ Sexo F ( ) M ( )

Tempo de Serviço na Polícia Militar: \_\_\_\_\_

Tempo de serviço na Unidade Policial: \_\_\_\_\_

Possui cursos na área de policiamento escolar? Sim ( ) Não ( )

Se sim, qual(is): \_\_\_\_\_

**Nível de Escolaridade:**

( ) Fundamental Incompleto

( ) Fundamental Completo

( ) Médio Incompleto;

( ) Médio Completo

( ) Superior Incompleto Curso: \_\_\_\_\_;

( ) Superior Completo Curso: \_\_\_\_\_;

( ) Pós-Graduação : \_\_\_\_\_

**Como foi sua classificação para trabalhar no Policiamento Escolar?**

- Voluntário
- Indicação do Comandante ou Subcomandante do Batalhão
- Indicação de outros policiais
- outros \_\_\_\_\_

**Qual seu grau de satisfação em trabalhar no policiamento escolar?**

- satisfeito
- insatisfeito

1. Como você ver o papel do policiamento escolar no interior das escolas públicas?
2. Quais as principais diferenças entre o policiamento de rua e o policiamento dentro da escola?
3. Você considera que a formação policial atende as necessidades e as complexidades do ambiente escolar, comente um pouco a respeito.
4. Quais os conhecimentos e habilidades necessárias para o policial militar atuar no interior das escolas?
5. Quais os principais problemas dentro do espaço escolar que dificultam a atuação do policiamento
6. Quais as principais ocorrências e as formas de atuações policiais para enfrenta-las?

Para uso do pesquisador
-------------------------



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“O Policiamento Escolar no interior das escolas públicas”**

Versão elaborada por: Clay Anderson Nunes Chagas, Hélio Paixão de Moraes e Emmanuelle Pantoja Silva

**QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES**

**Aspectos Gerais**

Idade \_\_\_\_\_

Sexo F ( ) M ( )

Tempo de serviço no Colégio Militar Rio Tocantins: \_\_\_\_\_

Curso Graduação: \_\_\_\_\_

Nível de Escolaridade:

( ) Ensino Superior:

( ) Pós-Graduação : \_\_\_\_\_

Tipo de vínculo?

( ) Contratado ( ) Efetivo

Qual seu grau de satisfação em trabalhar no Colégio Militar Rio Tocantins?

Péssimo

Ruim

Regular

Bom

Excelente

1. Como você vê o papel do policiamento no interior das escolas públicas?
2. Você considera que o policial militar está preparado para atender as necessidades e as complexidades do ambiente escolar? Comente um pouco a respeito.
3. Em sua opinião, quais os conhecimentos e habilidades necessárias para o policial militar atuar no interior das escolas?
3. Quais as principais ocorrências no interior da escola e de que forma o policiamento atua para resolvê-las?
4. Quais as principais dificuldades durante o período de instalação da supervisão militar na escola?
5. Em sua opinião, quais foram as melhorias mais evidentes desde a instalação da supervisão militar na escola?



Para uso do pesquisador

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“O Policiamento Escolar no interior das escolas públicas”**

**Versão elaborada por: Clay Anderson Nunes Chagas, Hélio Paixão de Moraes e Emmanuelle Pantoja Silva**

**QUESTIONÁRIO E ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS ALUNOS**

**Aspectos Gerais**

Idade \_\_\_\_\_

Sexo: F ( ) M ( )

Tempo que estuda na escola: \_\_\_\_\_

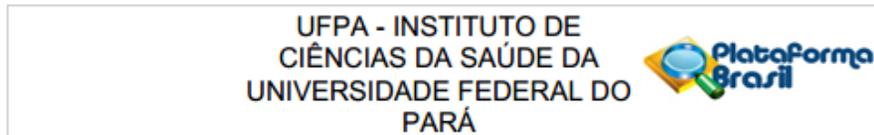
Ano Escolar: \_\_\_\_\_

Qual seu grau de satisfação em estudar no Colégio Militar Rio Tocantins?

Péssimo     Ruim     Regular     Bom     Excelente

1. Como você vê o papel do policiamento no interior das escolas públicas?
2. Você considera que o policial militar está preparado para trabalhar dentro da escola? Comente um pouco a respeito.
3. Na sua opinião, quais as habilidades que o policial precisa ter para trabalhar dentro das escolas?
4. Quais as principais ocorrências no interior da escola e de que forma o policiamento atua para resolvê-las?
5. Na sua opinião, quais foram as principais melhorias desde a chegada da polícia militar na escola?

## ANEXO 1


**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**
**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A Prevenção do Policiamento Escolar

**Pesquisador:** HELIO PAIXAO DE MORAES

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 07031119.3.0000.0018

**Instituição Proponente:** INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 3.660.562

**Apresentação do Projeto:**

O trabalho de pesquisa terá o objetivo compreender como o policiamento escolar atua na prevenção da violência dentro dos estabelecimentos de ensino da região metropolitana de Belém, motivado pela falta de indicadores que possibilitem caracterizar e associar qualitativamente a prevenção policial com a violência escolar, inviabilizando qualquer avaliação do policiamento escolar no seu campo de trabalho. Para tal, serão utilizados questionários com perguntas mistas, bem como formação de grupo focal, onde o conteúdo documental tratado por meio de análise qualitativa. Os estudos serão úteis para subsidiar os planejamentos estratégicos de prevenção da Polícia Militar e para os projetos políticos pedagógicos escolares por esclarecer procedimentos e ações policiais num ambiente de ensino e explicar de forma mais ampla a violência.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Compreender como o policiamento escolar atua na prevenção da violência dentro dos estabelecimentos de ensino da região metropolitana de Belém

**Objetivo Secundário:** Verificar o perfil e a percepção dos policiais militares da CIPOE sobre a violência no interior das escolas. Caracterizar a prevenção ativa da CIPOE destinada ao enfrentamento da violência escolar. Descrever e analisar os procedimentos preventivos realizados pelo policiamento escolar como forma de apoio aos estabelecimentos de ensino no combate à violência. Construir um Modelo de Registro de Atendimento Escolar específico para a CIPOE que

<b>Endereço:</b> Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFGA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.			
<b>Bairro:</b> Guamá		<b>CEP:</b> 66.075-110	
<b>UF:</b> PA	<b>Município:</b> BELEM		
<b>Telefone:</b> (91)3201-7735	<b>Fax:</b> (91)3201-8028	<b>E-mail:</b> cepccs@ufpa.br	

UFPA - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARÁ



Continuação do Parecer: 3.660.562

possibilite mensurar e relacionar com maior clareza e objetividade as ações policiais preventivas diante do fenômeno da violência nas escolas

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos: A pesquisa poderá oferecer riscos quanto à divulgação de informações pessoais dos policiais militares, gerando possíveis embaraços. Para tanto, não serão revelados os seus nomes, onde os questionários utilizados serão diferenciados e identificados por numerações durante a fase de análise de conteúdo. Os participantes serão informados que toda documentação será mantida sob sigilo e de uso exclusivo do pesquisador. Para evitar os riscos de exposição, conflitos interpessoais e incidentes comportamentais, ambientais e de saúde, as reuniões do grupo focal serão realizadas em local apropriado, reservado e salubre. Estará a disposição dos participantes e do pesquisador uma equipe auxiliar de assistência multidisciplinar nas áreas de assistência, saúde, psicologia e serviços gerais. Anterior aos procedimentos técnicos, os participantes serão esclarecidos quanto ao objetivo e a importância da pesquisa, e orientados no que diz respeito ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressalta-se que os participantes terão a liberdade, sem qualquer prejuízo, de não responderem os questionários, bem como a qualquer momento pedirem para sair do grupo. Benefícios: Os participantes receberão como benefício um relatório final do trabalho de dissertação, constando a análise dos dados sobre o trabalho preventivo da Companhia Independente de Policiamento Escolar.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios conforme resolução 466/12 do CNS/MS. Trata da resolução das pendências citadas no parecer nº 3.604.679, o qual este colegiado considera satisfatório.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

**Endereço:** Rua Augusto Corrêa nº 01 - Campus do Guamá, UFPA - Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.  
**Bairro:** Guamá **CEP:** 66.075-110  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE  
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
PARÁ**



Continuação do Parecer: 3.660.562

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1287676.pdf	01/10/2019 19:12:33		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclerefeito2.pdf	01/10/2019 19:11:44	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEREFEITO.pdf	07/08/2019 09:58:51	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Outros	cartadeencaminhamento.pdf	31/01/2019 10:03:18	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Outros	aceitedoorientador.pdf	31/01/2019 09:59:06	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodecompromisso.pdf	31/01/2019 09:58:05	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Orçamento	declaracaodeinsecao.pdf	31/01/2019 09:56:23	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termoanuencia.pdf	31/01/2019 09:55:41	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	25/01/2019 16:24:45	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodepesquisa.pdf	25/01/2019 16:23:58	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	25/01/2019 10:36:35	HELIO PAIXAO DE MORAES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELEM, 24 de Outubro de 2019

Assinado por:

**Wallace Raimundo Araujo dos Santos  
(Coordenador(a))**

**Endereço:** Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.  
**Bairro:** Guamá **CEP:** 66.075-110  
**UF:** PA **Município:** BELEM  
**Telefone:** (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

## ANEXO 2

### Diretrizes para autores

**Processo de revisão:** Todos os trabalhos de pesquisa submetidos ao Online International Journal of Development Research são revisados por revisores, editor e membros do conselho editorial. As decisões sobre os manuscritos serão tomadas o mais rápido possível.

**Submissão de manuscrito:** O trabalho que não é publicado antes nem está sendo considerado para publicação em nenhum outro lugar pode ser submetido para publicação nesta revista. A publicação deve ser aprovada por colegas de trabalho e autoridades, sempre que aplicável. O editor não será legalmente responsável por quaisquer pedidos de indenização, se houver.

**Submissão on-line:** os autores devem enviar seus manuscritos on-line. Eles podem enviar seus arquivos de manuscrito conforme as instruções fornecidas no site.

**Permissão:** Os autores que desejarem reproduzir qualquer figura, tabela ou texto de outra fonte devem obter permissão do (s) proprietário (s) dos direitos autorais. Essa evidência de permissão deve ser incluída ao enviar o artigo de pesquisa a esta revista.

Tipos de manuscritos:

\* **Documentos completos de pesquisa:** Documentos completos de pesquisa: Esses documentos de pesquisa não devem conter mais do que 08-10 páginas escritas, incluindo figuras, tabelas e referências.

\* **Comunicações breves:** essas comunicações não devem conter mais do que páginas escritas do tipo 04-06, incluindo figuras, tabelas e referências.

\* **Estudos de caso:** Esses estudos de caso não devem conter mais do que páginas escritas do tipo 06-08, incluindo resumo, palavras-chave, figuras, tabelas e referências.

### Preparação do manuscrito:

O manuscrito enviado ao **International Journal of Development Research** deve ser estruturado da seguinte maneira.

**Página de rosto:** deve incluir

- a) Título conciso e informativo (tamanho 14 em Times New Roman, palavras - não superior a 40).
- b) Nome (s) do (s) autor (es) representado (s) sobredito (s) com afiliação e endereço de todos os autores.

por exemplo, Indu A. George <sup>a</sup> , Bindu S. Maurya <sup>a</sup> e Ramjan M. Mulani <sup>b</sup>

<sup>a</sup> Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Mumbai, Santacruz (E), Mumbai 400098.

<sup>b</sup> Departamento de Botânica, Seth LU e MV College, Andheri (E), Mumbai 416 810.

O endereço de e-mail, os números de telefone e fax do autor correspondente devem ser fornecidos.

**Resumo:** O resumo não deve conter mais de 200 palavras para um artigo completo e 100 palavras para uma comunicação curta. Além disso, o resumo não deve conter nenhuma abreviação indefinida. O texto deve ser do tipo Times New Roman, com 12 fontes.

**Palavras-chave:** forneça 4-5 palavras-chave que podem ser usadas para fins de indexação.

**Texto:** Para artigos completos, o texto deve ser dividido nas seções a seguir Introdução, Materiais e Métodos, Resultados, Discussão, Agradecimentos e Referências (Use fonte normal de Times New Roman de 10 pontos para o texto). A numeração automática de páginas deve ser usada.

Para uma comunicação curta, não deve haver nenhum cabeçalho, exceto Resumo, Palavras-chave, Agradecimentos e Referências.

**Agradecimentos:** Os agradecimentos das pessoas por qualquer assistência técnica e agências de financiamento para apoio financeiro devem estar em uma seção separada antes das referências. Os nomes das agências de financiamento devem ser fornecidos na íntegra.

**Referências:** Somente trabalhos realmente citados no texto devem ser incluídos nas referências. A lista de referências deve estar em ordem alfabética nos sobrenomes do primeiro autor de cada trabalho de pesquisa.

**Artigo de revista:** Kumar, R., Sharma, K. e Agarwal, V. (2005) Propagação clonal in vitro de *Holarthena antidysentrica* (L) Wall. através de explantes nodais de árvores maduras. *Cell Dev Biol -Plant in vitro*. 41, pp. 137-144

**Livro:** Naik, VN (1998) Flora de Marathwada, Vol.I, Amrut Publication, Aurangabad, Índia.

**Dissertação / tese:** Zore, GB (2005) Estudos farmacológicos de *Taverniera cuneifolia* (Roth) Arn.; um substituto para alcaçuz comercial. Ph. D. Tese em Biotecnologia. Faculdade de Ciências, Universidade Swami Ramanand Teerth Marathwada, Nanded (MS) Índia.

**Artigo de revista na internet:** Dwiwedi, RS (2004) Espécies de plantas não sacaríferas super doces e não cultivadas na Índia. Disponível online em [http://www.ias.ac.in/currsci/jun10/articles\\_19.htm](http://www.ias.ac.in/currsci/jun10/articles_19.htm)

Anais da **conferência:** Zore, GB, Kulkarni, SS, Surwase, B., S., Meshram, Nisha e S. Mohan Karuppayil (2006) Controle de qualidade de amostras de alcaçuz comercial por impressão digital

química. Anais da Conferência Nacional sobre compostos Bioativos; Novas fronteiras e uso terapêutico (BCNFTO), realizado na School of Life Sciences, SRTM University, Nanded. 12-14 de fevereiro; pp 213-224.

**Capítulo de livro:**

**Página da web:**

**Figuras e tabelas:**

**Tabelas:** As tabelas numeradas com algarismos arábicos devem ser entregues em página separada ao final do manuscrito.

**Figuras:**

- Cada figura deve ser fornecida em arquivo separado.
- Todas as figuras devem ser citadas no texto em ordem numérica consecutiva.
- As partes da figura devem ser indicadas por letras minúsculas (a, b, c.... Etc)
- Cada figura deve ter legenda concisa e informativa.
- As legendas das figuras devem ser colocadas no final do texto no arquivo do manuscrito.

**Transferência de direitos autorais:** após a aceitação do artigo de pesquisa, é necessário que os autores transfiram os direitos autorais para o editor.